

**CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA ROSIANE
PINHEIRO NORATO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**PARANAGUÁ
2025**



"Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma Proposta Pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica contém uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica possui uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui. Traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala do desejo (...) nunca uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois, se traz a resposta, já não é uma pergunta. Aponta isso sim, um caminho também a construir." (KRAMER, 1999.)

Sumário

1 IDENTIFICAÇÃO.....	6
1.1 LOCALIZAÇÃO.....	6
Município: PARANAGUÁ	6
E-mail da instituição: cmeirosiane.pinheironorato@paranagua.pr.gov.br	6
Endereço: Rua Ford, s/nº	6
Bairro: Emboguaçú - Paranaguá/PR	6
Nome da diretora: Karollyne Cristine Goncalves da Silva Modesto	6
E-mail do pegagogo: marcelo.gomes@paranagua.pr.gov.br	6
1.2 HISTÓRICO.....	6
Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº_n019/2020 ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO	8
1.3 CARGOS, FUNÇÕES E VÍNCULO EMPREGATÍCIO	8
1.3.1 Nível de escolaridade.....	9
1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIÊCONÔMICO, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR	12
1.4.1 Entrevista com familiares	15
Questionário:.....	15
2 Qual a origem de sua renda familiar?	15
4 Incluindo você, quantas pessoas vivem em sua residência?	16
5 Possui algum benefício do Governo?	16
6 Qual a renda da família? (Base salário mínimo nacional)	16
7 A casa da família é:	16
8 De que modo seu(s) filho(s) chega(m) ao CMEI?	16
9 Onde fica sua casa em relação ao CMEI?.....	17
10 Qual o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado? .17	
13 Como a família se diverte no final de semana e em horas vagas?	17
.....	17
1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS	17
1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardados às especificidades etárias das crianças.	18
Tabela com a organização do espaço físico	18
1.5.2 Área livre de lazer/equipamentos:	19
1.5.3 Recursos Pedagógicos (informe o recursos existente e a quantidade):	19
1.5.4 Organização do grupo de crianças	20
1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR.....	23
1.6.1 Horário de atendimento	24
1.6.2 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com as respectivas nomenclaturas.	25
1.6.3 Critérios de distribuição de turmas	26
1.6.4 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma.	26
1.6.5 Projetos próprios da instituição e oferecidos pela mantenedora..... PROJETOS DA ESCOLA	26
1.6.6 Quadro de horários da equipe docente hora atividade.	27
1.6.7 Plano de atividade a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes.	28
1.6.8 Plano de atendimento emergencial	29

1.6.8.1 Procedimentos realizados no CMEI.....	29
1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR.....	30
1.8 CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DA APMF E CONSELHO ESCOLAR	32
1.9 CALENDÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	32
2 CONCEPÇÕES.....	33
2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE	34
2.1.1 Fundamentação Teórica	34
2.1.2 Direitos Humanos	35
2.1.2.1 A Declaração dos Direitos Humanos assegura em seus artigos:.....	35
2.1.3 Políticas de Inclusão	36
2.2.1 Fundamentação Teórica	38
2.2.2 Concepção de Infância e criança	41
2.2.3 Articulação entre as ações de cuidar e educar	43
2.2.4 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.....	47
2.2.5 Educação Inclusiva	48
2.2.6 Educação para as relações Étnicos raciais	48
2.2.7 Concepção de ensino integral	50
2.2.8 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças infrequentes.....	52
2.2.9 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar ...	53
2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO.....	54
2.3.1 Fundamentação Teórica	54
2.3.1.1 Visão Pedagógica	54
2.3.1.2 Planejamento e Organização	54
2.3.1.3 Formação e capacitação de educadores	54
2.3.1.4 Parcerias e Comunidade Escolar.....	55
2.3.1.5 Administração de Recursos.....	55
2.3.1.6 Legislação e Políticas Educacionais	55
2.3.1.7 Ambiente acolhedor Escolar	55
2.3.1.8 Instrumentos da gestão democrática	56
2.2.3 Eixo de gestão de resolução de Conflitos, dos Recursos Humanos, físicos, Materiais e financeiros.....	56
2.2.3.1 Aspectos da Gestão Colaborativa e Participativa.....	57
2.2.3.2 Gestão de conflitos.....	57
2.2.3.3 Recursos Materiais	57
2.2.3.4 Recursos Financeiros Aspectos da Gestão:.....	57
2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade.	58
2.3.5 Articulação entre diretora, o pedagogo e demais profissionais	60
2.3.5.1 Definição Clara de Papéis e Responsabilidades	61
2.3.5.2 Comunicação Aberta e Contínua	61
2.3.5.3 Planejamento e coordenação contínua	61
2.3.5.4 Formação e desenvolvimento	61
2.3.5.5 Resolução de conflitos	62
2.3.5.6 Colaboração e trabalho em equipe	62
2.3.5.7 Avaliação e Feedback	62
2.3.5.8 Promoção de um ambiente acolhedor e disciplinador	62
2.3.5.9 Práticas educativas	63
2.3.6 Registros Oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional	63
2.3.6.1 Registros de Ocorrências Pedagógicas	64

2.3.7 Articulação entre a unidade educacional e a mantenedora	67
2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças.	70
2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a Lei 14.811/2024 que altera artigos do ECA .	74
2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO	75
2.4.1 Fundamentação teórica	75
2.4.2 Plano de Ação da Diretora	76
2.4.3 Plano de ação do pedagogo.....	86
2.4.4 Plano de ação da equipe de apoio administrativa	91
2.4.5 Plano de ação da equipe de apoio operacional	91
2.4.6 Plano de ação do conselho escolar.....	93
2.4.7 Plano de trabalho docente	94
2.4.8 Plano de atendimento educacional especializado	95
2.4.9 Plano de atendimento pedagógico escolar	95
2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO	96
2.5.1 Fundamentação teórica	96
2.5.2 Direitos o objetivo de aprendizagem	97
2.5.3 Concepçao de ensino e aprendizagem	97
2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula.....	103
2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	104
2.6.1 Fundamentação teórica	104
2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento.	105
2.6.3 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas.....	107
2.6.4 Instrumentos para os registros no processo avaliativo as educação infantil: parecer descritivo, portfólios e outros.	107
2.6.5 Avaliação institucional.....	110
2.6.7 Organização e efetivação dos conselhos de classe, pré e pós conselhos	112
2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA	113
2.7.1 Fundamentação teórica	113
2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantnedora	114
2.7.3 Formação continuada na instituição conforme a instrução da hora atividade nº 01/2018	115
2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos á instituição	119
2.7.5 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas.....	119
3 MATRIZ CURRICULAR	121
4 PROPOSTA CURRICULAR	122
CURRÍCULO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARANAGUÁ	122
REFERÊNCIAS	123
. Instrução N° 01/2019 - SEMEDI	123
6 ANEXO I – Modelo de Parecer Descritivo.....	127

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 LOCALIZAÇÃO

Município: PARANAGUÁ

Instituição: CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL
“PROFª ROSIANE PINHEIRO NORATO”

E-mail da instituição: cmeirosiane.pinheironorato@paranagua.pr.gov.br

Endereço: Rua Ford, s/nº

Bairro: Emboguaçú - Paranaguá/PR

Telefone: (041) 3721-1751

Nome da diretora: Karollyne Cristine Goncalves da Silva Modesto

E-mail da diretora: karollyne_cris18@hotmail.com

Nome do pedagogo: Marcelo Pinheiro Gomes

E-mail do pegagogo: marcelo.gomes@paranagua.pr.gov.br

Dependência Administrativa: Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Entidade mantenedora: Prefeitura de Paranaguá

Resolução: Nº 001/2020

1.2 HISTÓRICO

O CMEI de Educação Infantil “Profª Rosiane Pinheiro Norato” foi construído pela empresa Klabin e foi inaugurado em 20 de dezembro de 2016 em parceria com a Prefeitura de Paranaguá, na Gestão do Prefeito Edson de Oliveira Kersten, sendo que esta obra social integra o Plano de Ação Socioambiental do Projeto Puma e foi realizado no período de instalação da Unidade Logística da Klabin em Paranaguá.

Sendo necessário nomear a instituição, para tanto, foi escolhida o nome da professora Rosiane, pelo seu excelente trabalho prestado a Educação Parnanguara.

Rosiane Pinheiro Norato nasceu no dia 26 de junho de 1968 no município de Paranaguá. Filha de Mariluz Bastos Pinheiro e Luiz Roberto Picanço Pinheiro. Irmã de Bianca Cristina Bastos Pinheiro, Mariana Pinheiro Cardoso e Luiz Gabriel Bastos Pinheiro.

Concluiu seus estudos no Instituto Estadual de Educação “Dr. Caetano Munhoz da Rocha” recebendo o diploma de habilitação para o magistério, no ano de 1986.

Sua carreira docente iniciou na rede privada de ensino onde exerceu sua função de professora durante quinze anos.

Em 17 de abril do ano de 1995, prestou concurso público para a Prefeitura de Paranaguá e foi admitida em seu primeiro concurso. Em 09 de março de 2007 foi admitida em seu segundo concurso. Atuou com grande destreza, ministrando suas aulas com muito amor e empenho, dedicando seu grande trabalho na educação durante 20 anos.

Na Escola Municipal em Tempo Integral “Professora Nayá Castilho”, ocupou a função de Orientadora Educacional no período de 1º de janeiro de 2001 a 13 de fevereiro de 2003, onde atuou realizando um trabalho de excelência dentro da instituição de ensino.

Em 13 de fevereiro de 2003 assumiu a função de Orientadora Educacional na Escola Municipal “Eloína Loyola de Camargo Viana” até 09 de fevereiro de 2004.

No ano de 2008 a 2011 atuou como Orientadora na Escola Municipal “Maria José Henrique Tavares”, instituição na qual dedicou anos de sua vida, enquanto professora, muito dinâmica, determinada, carismática e responsável por transmitir o conhecimento acadêmico aos seus alunos, sempre preocupada e acompanhando o desenvolvimento de cada um, contribuindo assim, com a qualidade da Educação parnanguara.

Professora Rosiane Pinheiro Norato faleceu no dia 25 de julho de 2015, deixando marido Onézio Luiz Norato e 03 filhos, Felipe Luiz Pinheiro Norato, Bruna Pinheiro Norato e Lucas Luiz Pinheiro Norato, netos, genro e noras.

Ato administrativo de aprovação do Regimento Escolar nº_n019/2020 ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO OFERTADO POR ESTA INSTITUIÇÃO

- Educação do Campo
- Educação Especial
- Educação Infantil

QUADRO DE ATOS

Tipo	Ato nº	Descrição	Revogação
Resolução	010/2021	Credenciamento	
Vigência	Observação		

Final de 2022	
----------------------	--

1.3 CARGOS, FUNÇÕES E VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Corpo docente, vínculos funcionais, distribuição de funções, níveis de formação inicial.

CARGO/FUNÇÃO	PROFISSIONAL
Diretora	Karollyne Cristine Gonçalves da Silva Modesto
Pedagogo	Marcelo Pinheiro Gomes
Educador Infantil	Edithielli Freitas Mendes Pinto
Educador infantil	Hellaine Cristina Matoso
Educador Infantil	Gianni Grassmann Landucci
Educador Infantil	Gisleine Wagner Leandro
Educador Infantil	Lidiane Correa Antonio Inácio
Educador Infantil	Pamela Gonçalves Biscotto
Educador Infantil	Priscila da Silva dos Santos Antosko
Educador Infantil	Sara de Lima Brasil da Silva
Educador Infantil	Silvia Letícia Oliveira
Educador Infantil	Silvia Mara Brudeck
Educador Infantil	Silmara do Rocio Pereira Pedroni
Professor hora/aula	Selma Camila Silveira dos Santos
Serviços gerais	Darlene de Fátima Alves Armindo Vitalino
Serviços gerais	Rosangemari Aparecida Silva Manfre
Agente Operacional - Vigia	Adão Jorge
Agente de Apoio	Claudineia Cardoso Costa
Agente de Apoio	Maria Elizabeth Malagi Araujo

1.3.1 Nível de escolaridade

CARGO/FUNÇÃO	PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Diretora	Karollyne Cristine Goncalves da Silva Modesto	Pedagogia, Especialização em Educação infantil, Gestão escolar	Graduação e Especialização
Pedagogo	Marcelo Pinheiro Gomes	Pedagogia Neuroaprendizagem; Políticas Públicas	Graduação e Especialização
Educador Infantil	Edithielli Freitas Mendes Pinto	Magistério/Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Gianni Grassmann Landucci	Magistério/Pedagogia História Educação Infantil	Graduação e especialização
Educador Infantil	Hellaine Crystina Matozo	Magistério	Pedagogia
Educador Infantil	Gisleine Wagner Leandro	Magistério/Administração	Graduação
Educador Infantil	Lidiane Correa Antoniolnácia	Magistério Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Pamela Gonçalves Biscotto	Magistério/Letras (em curso)	Ensino médio
Educador Infantil	Priscila da Silva dos Santos Antosko	Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Sara de Lima Brasil da Silva	Magistério/ Pedagogia (em curso)	Ensino médio

Educador Infantil	Silvia Leticia Oliveira	Magistério Pedagogia	Graduação
Educador Infantil	Silvia Mara Brudeck	Magistério Pedagogia	Ensino médio
Educador Infantil	Silmara do Rocio Pereira Pedroni		Pedagogia
Professor hora aula	Selma Camila Silveira dos Santos		Pedagogia
Serviços gerais	Darlene de Fátima Alves Armindo Vitalino	Ensino Médio	Ensino médio
Serviços gerais	Rosangemari Aparecida Silva Manfre	Ensino Médio	Ensino médio
Agente de apoio	Claudineia Cardoso Costa		Pedagogia
Agente de Apoio	Maria Elizabeth Malagi Araujo		Pedagogia
Agente operacional vigia	Adão Jorge	Ensino Fundamental	



1.4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIÊCONÔMICO, CULTURAL E EDUCACIONAL DA COMUNIDADE ESCOLAR

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e um cidadão de direitos que vive em uma sociedade com uma determinada cultura e numa família que é um ponto de referência fundamental para a sua formação.

No que tange aos aspectos socioeconômicos e sociocultural, a criança reflete o meio em que vive, suas construções são baseadas como participante da sociedade em que a rodeia, aprende e é influenciada por ela, pois sua origem de formação inicia-se na família, sendo ela biológica ou não, pois a criança como todo ser humano, tem todos seus direitos previstos e isso inclui a necessidade de participar e vivenciar no meio pedagógico, onde as diretrizes irão capacitá-las de acordo com sua idade cronológica, desenvolvendo assim um ser pensante e questionador que possa construir e conviver nos dias atuais.

Essa história terá continuidade nos novos espaços em que as crianças forem se inserindo com base nas relações que estabelecem entre o que já construíram e os novos

conhecimentos, procedimentos e valores a que terão acesso. É dessa maneira que as crianças constroem sua identidade.

Nesse sentido, é importante que os profissionais do CMEI conheçam e valorizem a história e caracterizem a realidade atual que constituem essas crianças o que é fundamental para sua formação humana, incluindo aqui a construção de identidades autônomas de sujeitos autoconfiantes, que se respeitam e respeitam os outros nas suas diferenças, que participam de forma crítica e criativa da sociedade em que vivem.

Assim, ao considerar as experiências vivenciadas pelas crianças os professores/educadores estarão partindo de seus interesses e de sua singularidade para possibilitar uma aprendizagem significativa, por meio da qual, refletindo sobre suas condições de vida e sobre seus bens culturais, elas possam constituir-se como sujeitos, agindo com autonomia na valorização e na transformação de seu meio.

As famílias atendidas são de nível socioeconômico diversificado, predominante nos ramos de empregados do comércio em geral, prestadores de serviços, autônomos, empregada doméstica entre outros.

O poder aquisitivo é diferenciado, muitos pais trabalham em jornadas iguais e dependem integralmente da instituição infantil, que preza pelo atendimento de qualidade, quando não possível sua totalidade, optam por cuidados de babás e familiares.

Nossa clientela é oriunda do mesmo bairro onde situa-se o centro municipal de educação infantil e de bairros adjacentes. O CMEI permite ser o ponto inicial do aprendizado para a comunidade, que após a passagem pela educação infantil tem como opção a transição para escolas próximas, sendo assim, atendido toda a necessidade pedagógica na própria comunidade.

Uma vez matriculadas e frequentando o CMEI, a criança é atendida na plenitude dos trabalhos que possam ser ofertados num centro de educação infantil, ficando claro que não é objetivo deste, substituir os cuidados que são de responsabilidade da família, pois, se assim fosse, estaríamos cerceando as crianças da oportunidade do estreitamento dos laços afetivos no seio familiar.

A comunidade atendida é eclética. Assim, como há muitas famílias evangélicas, também contamos com um número considerável de crianças, cujas famílias são católicas e outras de denominações diversas.

As crianças, a partir do infantil I, aprendem a se conhecer e se reconhecer no grupo ao longo do ano por meio dos diálogos estabelecidos. Este momento, além de ser rico na prática da oralidade e como incentivo para a perda da timidez, oportuniza que o aluno

resinifique o mundo real no qual está inserido, ajudando nas relações inter/ intra e extra pessoais, ainda que ele não as perceba na dinâmica da rotina da turma.

As crianças, a partir do Infantil I até o Infantil IV, já aprendem a se conhecer e se reconhecer no grupo ao longo do ano. Estes momentos onde ocorre a convivência, afetividade, exploração segura e liberdade da criança, oportunizam seu crescimento com corresponsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento psicomotor e psicológico, na observância de um trabalho que preza o indivíduo, fazendo com que saibam a importância de sua singularidade e a diferença que possam ser e colaborar no mundo real.

Estas conversas, por sua vez, trazem informações que sustentarão muitas temáticas das atividades que vão norteando o trabalho planejado pelo professor/educador. Os planejamentos elaborados estão sempre em consonância com a realidade dos alunos e com os conteúdos flexíveis.

É fundamental a participação de toda a comunidade escolar, ou seja, funcionários, professores, pais, alunos, instâncias colegiadas e segmentos da sociedade organizada, nas atividades desenvolvidas pela escola. Sempre que necessário são realizadas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias para discussões e tomadas de decisões (reuniões de pais, reuniões pedagógicas), sendo estabelecidos contatos mais frequentes com os pais para ficarem cientes da vida escolar de seus filhos, embora nem sempre o retorno seja satisfatório, já que não comparecem como deveriam. Mesmo assim a instituição não deixa de convocar o pai ou responsável, seja por telefone, aplicativo de mensagens, bilhete ou recado, para comparecer na escola e tomar ciência e providências em relação ao ocorrido com o filho.

Normalmente as reuniões pontuais acontecem no início do ano e ao final de cada trimestre, e quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias com os pais, para tratar de assuntos que se fizerem necessários para o momento, dentre eles problemas de aprendizagem, de disciplina, aplicação de recursos financeiros, desenvolvimento de programas e projetos, festas, etc., a fim de conhecer, analisar e controlar o que se passa dentro da escola e direcionar as inovações necessárias ao bom desempenho de suas funções, com a participação efetiva dos pais e de toda a comunidade escolar.

1.4.1 Entrevista com familiares

Prezado Pais e/ou responsáveis!

Segue questionário socioeconômico e cultural, para abrangência de toda comunidade escolar, para caracterização da clientela e construção de documentos políticos pedagógicos que atendam a demanda de nosso CMEI.

Questionário:

Assinale com um X a resposta correspondente ao pai, mãe e /ou responsável quando houver:

1 Qual é a sua formação escolar?

	PAI	MÃE	RESPONSÁVEL:
Não leio nem escrevo			
Iniciei o 1º grau (Ensino Fundamental)			
Conclui o 1º grau (Ensino Fundamental) Prezado Pais e/ou responsáveis!			
Iniciei o 2º grau (Ensino Médio)			
Conclui o 2º grau (Ensino Médio)			
Iniciei o 3º grau (Ensino Superior)			
Conclui o 3º grau (Ensino Superior)			
Fiz pós-graduação			
Tenho mestrado			
Fiz doutorado			

2 Qual a origem de sua renda familiar?

	PAI	MÃE	RESPONSÁVEL:
No momento estou desempregado			
Já me aposentei			
Realizo serviços temporários sem vínculo			
Estou realizando trabalhos domésticos			
Sou servidor público municipal			
Sou servidor público estadual			
Desenvolvo atividades de economia informal			
Sou empregado do comércio			
Sou empresário			
Trabalho em empresas com vínculo portuário			
Outros:			

3 Com quem a criança mora?

() Pai () Mãe () Responsável () Outros _____

4 Incluindo você, quantas pessoas vivem em sua residência?

() Duas	() Três	() Quatro
() Cinco	() Seis	() Sete pessoas ou mais

5 Possui algum benefício do Governo?

() Já precisei, hoje não utilizo mais.
 () Sim
 () Não

6 Qual a renda da família? (Base salário mínimo nacional)

() Sem renda
() Menor que 1 salário mínimo
() De 1 a 3 salários mínimo
() De 3 a 5 salários mínimos
() Maior que 5 salários mínimo

7 A casa da família é:

() própria () alugada () cedida () Outros

8 De que modo seu(s) filho(s) chega(m) ao CMEI?

() A pé
 () De transporte escolar
 () De transporte particular
 () De transporte coletivo.
 () Outro. Qual? _____

9 Onde fica sua casa em relação ao CMEI?

() No mesmo bairro. (Emboguaçu)
 () Em bairro diferente. Qual? _____

() Em outro município. Qual? _____

10 Qual o meio de comunicação que você mais utiliza para se manter informado?

() Jornal escrito	() Jornal falado (TV)	() Jornal falado (rádio)
() Internet	() Revistas	() Redes sociais

11. Você usa computador com acesso a internet ?

() Não	() Sim, de casa	() Sim, da escola
() Sim, do trabalho	() Sim, de amigos	() Sim, de outros locais

12 Você tem interesse em prestar algum serviço como amigo do Cmei.

() Sim. Em qual área? () Consertos () Costuras () Horta () Outros. Qual?

() Não tenho interesse.

13 Como a família se diverte no final de semana e em horas vagas?

14 Por que escolheu matricular seu filho neste CMEI?

15 O que você deseja sobre a educação de seu filho no CMEI?

1.5 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES FÍSICAS E MATERIAIS

1.5.1 Descrição do espaço físico, instalações e equipamentos resguardados às especificidades etárias das crianças.

Resolução CNE/CEB 05/09

Art. 8º § 1º Na efetivação desse objetivo, as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem.

O CMEI Profª Rosiane Pinheiro Norato, possui um ambiente confortável que permite à criança toda segurança necessária para o seu desenvolvimento e para a atuação dos demais funcionários.

Tabela com a organização do espaço físico

Descrição das dependências e equipamentos

Quantidade	Dependência/equipamentos
01	Espaço de recepção
01	Secretaria
----	Sala da equipe técnico-pedagógica (Direção, Coordenação, Orientação)
01	Sala dos professores
02	Sala de aula – Berçário (2,20 m ² por criança)
03	Sala de aula – educação infantil (1,5 m ² por criança)
	Sala de aula – ensino fundamental (1,20 m ² por criança)
----	Sala de Recursos Multifuncionais – SEM
-----	Classe Especial
-----	Solário
-----	Biblioteca
01	Refeitório
01	Lactário
01	Cozinha
01	Despensa ou Depósito
01	Lavanderia
02	Banheiro para crianças
01	Banheiro para adultos
01	Banheiro adaptado

1.5.2 Área livre de lazer/equipamentos:

Quantidade	Dependência/equipamentos
-------------------	---------------------------------

---	Área de lazer interna ou coberta
01	Área de lazer externa (pátio)
-----	Caixa de areia protegida

1.5.3 Recursos Pedagógicos (informe o recursos existente e a quantidade):

Recurso(s)	Quantidade	Recurso(s)	Quantida de
Aparelho de som	----	Casinhas	01
Computadores	02	Livros de história	200
Televisão	02	Arcos	-----
Aparelho – DVD	----	Fantoches	20
Projetor (data show)	----	Espelhos	5
CD	----	DVD	-----
Mesa Digital	----	Caixa de Som	01

Os recursos didáticos são adequados para o melhor desenvolvimento dos alunos. Com estes componentes no ambiente escolar, o educador estabelece uma relação entre o conforto e a aprendizagem de forma satisfatória.

As crianças em nosso CMEI têm a sua disposição mesas e cadeiras, bebedouros, bancos, vasos sanitários e lavatórios, que são adequados ao seu tamanho.

Turmas atendidas no CMEI “ Profª Rosiane Pinheiro Norato:

O CMEI funciona com oito turmas de crianças de 04 meses a 4 anos.

- Infantil 1 - Compõem essas turmas crianças de 04 meses a 01 ano. Essas crianças por estarem nos primeiros anos de vida, têm um atendimento bastante individualizado. Esse atendimento inclui alimentação especial, banho, troca de fraldas, contato com objetos e brinquedos, banho de sol, entre outros. Toda essa rotina requer uma sequência de ações e organização que buscam o pleno desenvolvimento das crianças.

- Infantil 2 e 3 – Compreende as crianças de 02 e 03 anos. Essas turmas dão continuidade ao trabalho dos berçários quanto às necessidades e desenvolvimento das crianças. Além dos cuidados essenciais, são introduzidos mais brincadeiras, jogos, materiais diferentes para a estimulação, no campo das descobertas tais como cores e sabores.

- Infantil 4 – Compreende crianças de 04 anos. Além dos cuidados pertinentes à faixa etária dessas crianças, são desenvolvidas atividades baseadas no lúdico, na experimentação e descobertas do mundo, criando experiências que permitam às crianças a construção dos seus próprios conhecimentos. Quanto a interação das crianças maiores

com as menores, fazemos brincadeiras e atividades onde todas as crianças são inseridas, tomando claro, todos os cuidados necessários a cada faixa etária.

1.5.4 Organização do grupo de crianças

Turmas	Período	Quantidade de alunos	Masculino	Feminino	Faixa etária
Infantil 1	Integral	9	03	0 6	04 meses a 01 ano, 11 meses e 29dia
Infantil 2 (turma A)	Integral	1 4	06	0 8	02 anos a 02 anos e 11 meses e 29dias
Infantil 2 (turma B)	Tarde	1 3	06	0 7	02 anos a 02 anos e 11 meses e 29dias
Infantil 3 (turma A)	Manhã	1 7	08	0 9	03 anos a 03 anos e 11 meses e 29dias
Infantil 3 (turma B)	Tarde	1 8	10	0 8	03 anos a 03 anos e 11 meses e 29dias
Infantil 4 (turma A)	Manhã	1 8	11	0 7	04 anos a 04 anos e 11 meses e 29dias
Infntil4 (turma B)	Manhã	1 8	09	0 9	04 anos a 04 anos e 11 meses e 29dias
Infantil 4 (turma C)	Tarde	2 0	12	0 8	04 anos a 04 anos e 11 meses e 29dias

1.6 REGIME E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR

O nosso horário de funcionamento para o período parcial é das 07:30 às 11:30 (matutino), e das 13:30 às 17:30 (vespertino), e as turmas que ficam em período integral é das 07:30 às 17h. Conforme orientação do Ofício 4 de 2019 e Instrução da E.I de 2019 onde determina que os portões sejam abertos 10 minutos que antecede a entrada e 10 minutos que antecede a saída das crianças.

O Ensino Integral em Tempo Integral, amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 que aborda a jornada ampliada e integralidade do ensino; Deliberação do Conselho Municipal de Educação – COMED nº 01/2025 que institui normas para o Ensino Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá e a Instrução Normativa nº 07/2025 da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral – SEMEDI que regulamenta a modalidade de Ensino no município, trazem a proposta da educação total do aluno oportunizando o aumento dos índices de aprendizagem, redução dos níveis de desigualdade e fortalecimento da cidadania através de atividades lúdicas que visem a valorização da diversidade cultural e social; integração entre os conhecimentos escolares e saberes comunitários através do desbravamento dos territórios locais e participação coletiva onde o aluno se torna protagonista. Para que os princípios listados acima sejam eficazes, torna-se importante a assiduidade do aluno com frequência mínima de 60% do total anual de horas no caso da Educação Infantil e 75% no Ensino Fundamental e no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, durante o período letivo, perfazendo uma carga horária anual mínima de 1.400 (Um Mil e quatrocentas) horas.

É necessário pensar na organização desses tempos, respeitando, ao mesmo tempo, as necessidades da coletividade e de todos os sujeitos envolvidos. Portanto, o CMEI definiu a forma como será a gestão dos tempos do cuidado e da educação das crianças, de

modo que elas se desenvolvam e que haja flexibilidade e equilíbrio nos diversos tipos de atividades. É na organização desse cotidiano de cuidar e educar que o professor/educador vai contra balançar todas as atividades, buscando atender às crianças nos seus interesses e nas suas necessidades e contemplá-las na sua integridade. No entanto, é por meio de uma regularidade da rotina que a criança se localiza no tempo e no espaço e nas atividades do CMEI. Cabe ressaltar que regularidade não significa repetição, tampouco inflexibilidade, mas, através de uma organização da rotina, além de atuar como organizadoras estruturais das experiências cotidianas auxiliam a criança a construir seu conceito de tempo.

1.6.1 Horário de atendimento

A educação básica, nos níveis fundamentais e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns, seguindo a LDB Art. 24

I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

A Educação Infantil é organizada de acordo com LDB no art. 31:

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas distribuídas por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III – atendimento à criança de, no mínimo, 04 (quatro) horas diárias para o futuro parcial e de 07 (sete) horas para a jornada integral.

Cabe a Instituição garantir este atendimento mínimo, não permitindo que as crianças de período parcial cumpram a saída junto com os alunos do integral. Os horários devem estar registrados no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar de cada Instituição.

Integral	7h30min	17h
Parcial	7h30min	11h30min
	13h30min	17h30min

Salientamos que os portões devem ser abertos às 7h20min no período matutino e 13h20min no período vespertino para recepção das crianças. No momento da saída, os portões deverão ser abertos impreterivelmente 10 minutos antecedentes ao encerramento do período, ou seja, 11h20min e 17h20min. Para tanto, é necessário que seja realizada uma organização nos horários dos profissionais para cumprimento da carga horária em registro no relógio ponto. Lembrando que após o período de saída deve ser garantido o atendimento à criança pela equipe gestora.

Compreendemos a necessidade de estabelecer limites de tolerância na entrada e saída de crianças ocasionalmente, no intuito de organizar a rotina da instituição. Em casos isolados, de famílias em situação diferenciadas deveriam ser tratadas com mais flexibilidade pela equipe gestora.

Nesse sentido, a rotina no CMEI “Profª Rosiane Pinheiro Norato”, é o de envolver de modo flexível e variável.

Na chegada, as crianças são acolhidas pelos professores/educadores e pela equipe, todos os pertences das crianças são organizados na sala e logo após é servido o lanche.

No momento das refeições, as crianças são levadas ao refeitório e orientadas a ocupar os assentos, enquanto são servidas pelos professores/educadores e auxiliares. Todas as crianças do CMEI são motivadas a fazer as refeições sem a ajuda dos adultos, porém sempre sob supervisão.

Após as refeições, as crianças maiores são estimuladas a realizar sozinhas a higiene (escovação, lavar as mãos e o rosto), em que através de brincadeiras e conversas com as professoras percebam a importância desta atitude.

Em seguida, há o momento do descanso, são levadas às salas, para a Hora do Soninho, nas turmas que permanecem em período integral.

Ao despertarem do descanso é servido o lanche da tarde. Logo depois, são levadas ao pátio interno para brincarem. Por volta das três da tarde, o jantar começa a ser servido, momento em que as turmas se revezam no refeitório e, mais uma vez é hora de realizar a higiene.

No regime de funcionamento, a Educação Infantil tem calendário escolar mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas de atividades sendo este calendário determinado pela Secretaria de Educação.

Horários das refeições	
Desjejum	08:00 horas e 8h15 minutos para as turmas de infantil 1 e 2.
Almoço	10:30 horas
Lanche	14:00 horas e 14h15 minutos para as turmas de infantil 1 e 2.
Jantar	15:30 horas

1.6.2 Quantitativo de turmas atendidas, etapas e modalidades com as respectivas nomenclaturas.

O CMEI atende 113 crianças, sendo a faixa etária entre 04 meses a 04 anos.

Contemplamos 08 turmas distribuídas da seguinte forma:

TURMA	PERÍODO	QUANTIDADE DE ALUNOS
01 – Infantil 1	Período Integral	9 crianças
01 – Infantil 2	Período Integral	13 crianças
01 - Infantil 2 (turma B)	Tarde	12 crianças
01 - Infantil 3 (turma A)	Manhã	12 crianças
01 - Infantil 3 (turma B)	Tarde	19 crianças
01 - Infantil 4 (turma A)	Manhã	16 crianças
01 - Infantil 4 (turma B)	Manhã	12 crianças
01 - Infantil 4 (turma C)	Tarde	20 crianças
Total	08 Turmas	113 crianças

1.6.3 Critérios de distribuição de turmas

A distribuição é realizada de forma participativa, ouvindo as educadoras para saber em qual turma e com quem gostariam de trabalhar no próximo ano letivo. Após ouvir a opinião de todas as educadoras, a diretora e o pedagogo se reunem para montar a distribuição das turmas.

1.6.4 Quantitativo de crianças e/ou estudantes por turma.

TURMA	PERÍODO	QUANTIDADE DE ALUNOS
01 – Infantil 1	Período Integral	9 crianças
01 – Infantil 2	Período Integral	13 crianças
01 - Infantil 2 (turma B)	Tarde	12 crianças
01 - Infantil 3 (turma A)	Manhã	12 crianças
01 - Infantil 3 (turma B)	Tarde	19 crianças
01 - Infantil 4 (turma A)	Manhã	16 crianças
01 - Infantil 4 (turma B)	Manhã	12 crianças
01 - Infantil 4 (turma C)	Tarde	20 crianças
Total	08 Turmas	113 crianças

1.6.5 Projetos próprios da instituição e oferecidos pela mantenedora.

PROJETOS DA ESCOLA

Meses	Projetos desenvolvidos pelo CMEI
Maio	Piquenique da Família
Setembro	Mostra Cultural – Saberes Culturas.
Outubro	Semana da criança
Novembro e Dezembro	Projeto de encerramento

1.6.6 Quadro de horários da equipe docente hora atividade.

CARGO/FUNÇÃO	PROFISSIONAL	HORÁRIO DE TRABALHO	DIAS DE HORA ATIVIDADE
Educadora Infantil	Edithielli Freitas Mendes Pinto	40 Horas	2ª Feira – 8h 5ª Feira - 4h
Educadora Infantil	Hellayne Cristina Matozo	20 Horas	3ª Feira – 2h 4ª Feira - 4h
Educadora Infantil	Gianni Grassmann Landucci	40 Horas	3ª Feira – 8h 5ª Feira - 4h
Educadora Infantil	Gisleine Wagner Leandro	40 Horas	4ª Feira – 8h 6ª Feira - 4h
Educadora Infantil	Lidiane Correa Antonio Inácio	40 Horas	2ª, 5ª e 6ª Feira – 12h
Educadora Infantil	Pamela Gonçalves Biscotto	40 Horas	2ª Feira – 8h 6ª Feira – 4h
Educadora Infantil	Priscila da Silva dos Santos Antosko	40 Horas	Licença Maternidade

Educadora Infantil	Sara de Lima Brasil da Silva	40 Horas	3ª Feira – 8h 4ª Feira - 4h
Educadora Infantil	Silvia Leticia Oliveira	40 Horas	6ª Feira – 8h 4ª Feira - 4h
Educadora Infantil	Silvia Mara Brudeck	40 Horas	5ª Feiras – 8h 6ª Feiras - 4h
Educadora Infantil	Silmara do Rocio Pereira Pedroni	40 Horas	Afastamento médico
Professora hora/aula	Selma Camila Silvera dos Santos	20 Horas	2ª Feira – 4h 4ª Feira - 2h

A ficha de registro da hora atividade deve ser mantida nas instituições sendo que a organização dos documentos é sob responsabilidade da Equipe Gestora.

O departamento da Educação Infantil fará as verificações necessárias nos momentos das visitas dos supervisores técnicos.

A lei complementar N° 113, de 22 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Paranaguá, no seu Art. 55 sobre a jornada de trabalho profissional:

§ 2º A hora atividade deverá ser cumprida na Escola ou Centro Municipal de Educação Infantil, podendo, excepcionalmente ser cumprida em local diverso, em atividades autorizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, desenvolvidas no interesse da Educação Pública “

1.6.7 Plano de atividade a serem desenvolvidas nos espaços pedagógicos; em áreas verdes.

O nosso Cmei há um espaço externo muito propício para atividades voltadas à natureza, sejam para atividades livres ou dirigidas como o plantio de mudas de árvores e a horta. Os planejamentos são elaborados aproveitando este espaço diariamente visando o contato com a natureza “desemparedando” às crianças e oportunizando momentos de muita diversão com seus colegas e educadoras.



1.6.8 Plano de atendimento emergencial

O Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola foi instituído por meio da Lei n. 18.424, de 08 de janeiro de 2015 , alterada pela Lei n. 20.863, de 07 de dezembro de 2021 , e regulamentada pelo Decreto n. 4.587, de 13 de julho de 2016.

O curso tem como principal objetivo formar profissionais da educação para compor as brigadas escolares nos estabelecimentos da rede pública municipal de ensino. Os participantes são capacitados de forma presencial, teórico e prático, com carga horária de 60 horas, locais a serem definidos pela Semedi.

O PAE - Plano de Atendimento Emergencial deve ser realizado no mínimo 2 vezes por ano nas Instituições de Ensino. No curso da Brigada Escolar é mostrado esse procedimento. No ano anterior os instrutores do curso os GCMs Jean Balboni e Sérgio Mendes, juntamente com a SEMEDI, estiveram em quase todos os CMEIs. Esse ano, a Semedi pretende visitar as demais instituições de ensino do nosso município para demonstrar a prática e depois seguirem com o Plano. (anexo plano 1)

1.6.8.1 Procedimentos realizados no CMEI

Ao primeiro indício de incêndio ou outra situação semelhante, transmitir o alarme geral e chamar imediatamente o Corpo de Bombeiros. Desligar a chave elétrica geral, em caso de curto- circuito. Procurar impedir a propagação do fogo combatendo as chamas no

estágio inicial com extintores (será sempre nomeada uma brigadista por dia para essa situação com informativo de forma visível a todos). Após o alarme as crianças com um cabo guia (corda adaptada) saem enfeirados para a rota de fuga, antes um brigadista ficará aposto indicando o local de saída, após saírem das salas de aula, fazer um risco na diagonal com a porta fechada para marcar que nesse local não tem mais ninguém. Após um integrante da equipe gestora verificar todos os procedimentos fechar a porta principal de saída e ir a rota de fuga, fazendo a contagem de todos, nomeando as salas, infantil 1, 2, 3 e 4. No nosso Cmei foi definida uma rota de fuga inicial para a rua frontal indo em direção à escola Berta. O Cmei junto com os professores brigadistas fizeram a simulação, todos ouviram atentamente a orientação dos professores, que realizam a contagem das crianças no local para garantir que todos estejam sempre em segurança. As demais profissionais como as merendeiras e as auxiliares de serviços gerais e merendeiras também se mobilizam na simulação. Cada um tem uma tarefa a cumprir e levam isso muito a sério.

O fogo não tem dia e não tem hora para acontecer. Crianças e adultos não preparados têm tendência de serem impulsivas. Por isso, a equipe gestora realizou essas simulações outros dias de surpresa, para que todos tenham continuidade e até levem os ensinamentos para o futuro, em casa ou outros ambientes. A cada simulação vamos aperfeiçoando as estratégias. Acreditamos que não foi confortável, pois as crianças se assustaram ao sinal do alarme, mas deu certo, e pretendemos de forma inesperada realizar em outros momentos.

1.7 CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário Escolar adotado pelo CMEI Profª Rosiane Pinheiro Norato, segue a deliberação nº 01/2023 do COMED (Conselho Municipal de Educação de Paranaguá) que estabelece as normas relativas à definição do Calendário Escolar para os Estabelecimentos de Ensino de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá, Estado do Paraná.



CALENDÁRIO 2025

Educação Infantil e Ensino Fundamental

CALENDÁRIO ESCOLAR 2025 EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL						
JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
DIAS LETIVOS 0						
Férias	30					
Recesso	0					
Feriado	1					
ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
DIAS LETIVOS 19						
Carga Horária	76					
Recesso	0					
Feriado	3					
JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
DIAS LETIVOS 11						
Carga Horária	44					
Recesso	16					
Feriado	1					
OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
DIAS LETIVOS 21						
Carga Horária	84					
Recesso	1					
Feriado	2					
FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1			
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
DIAS LETIVOS 18						
Carga Horária	72					
Recesso	0					
Feriado	0					
MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1			
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
DIAS LETIVOS 17						
Carga Horária	68					
Recesso	3					
Feriado	0					
MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1			
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31
DIAS LETIVOS 21						
Carga Horária	84					
Recesso	0					
Feriado	1					
JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					
DIAS LETIVOS 19						
Carga Horária	76					
Recesso	1					
Feriado	1					
AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2		
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						
DIAS LETIVOS 20						
Carga Horária	80					
Recesso	0					
Feriado	0					
SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				
DIAS LETIVOS 22						
Carga Horária	88					
Recesso	0					
Feriado	1					
NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1			
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						
DIAS LETIVOS 19						
Carga Horária	76					
Recesso	0					
Feriado	3					
DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			
DIAS LETIVOS 14						
Carga Horária	56					
Recesso	7					
Feriado	1					

LEGENDA

FÉRIAS
INÍCIO / TÉRMINO DO TRIMESTRE
FORMAÇÃO CONTINUADA
PLANEJAMENTO
PRÉ - CONSELHO
CONSELHO DE CLASSE
PÓS - CONSELHO
ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO
FERIADO
RECESSO ESCOLAR

MÊS **FERIADOS**

JAN	1 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
	18 PAIXÃO DE CRISTO
ABR	20 PÁSCOA
	21 TIRADENTES
MAI	1 DIA DO TRABALHO
JUN	19 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAGUÁ
SET	7 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	7 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
	2 FINADOS
NOV	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
	20 ZUMBI E CONSCIÊNCIA NEGRA
DEZ	25 NATAL

Dias Letivos	201
Atividades Docentes	9
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	28

Periodicidade

1º Trimestre - 05/02 a 30/04 - 54 dias
 2º Trimestre - 02/05 a 22/08 - 66 dias
 3º Trimestre - 25/08 a 19/12 - 81 dias

Janile Xavier
Tenile Cibele do Rocio Xavier
 Secretaria de Educação

Paula da Silva Inacio Pereira
 Superintendente de Planejamento Educacional

Ronaldo Cardoso Alboite
 Diretor do Departamento do Ensino Fundamental

Valdelucia Matias da Silva
 Diretora do Departamento de Educação Infantil
 Calendário Aprovado pelo COMED PGUÁ - Deliberação nº 63/2024
 Paranaguá, 12 de dezembro de 2024.

1.8 CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DA APMF E CONSELHO ESCOLAR

Mês	Horário	Pauta da Reunião	Participantes
Fevereiro	16:40	Atribuições do grupo de trabalho	Comunidade Escolar/ Comissão da APMF/Conselho Escolar
Agosto	16:40	Implementação dos recursos	Comissão da APMF/ Conselho Escolar
Dezembro	16:40	Avaliação do Plano de Ação	Comunidade Escolar/ Comissão da APMF/Conselho Escolar

1.9 CALENDÁRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Mês	Horário	Participantes
Janeiro	10:00	Karollyne C. G. da Silva; Angel Cardoso, Pamella Gonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes
Fevereiro	16:00	Karollyne C. G. da Silva; Pamella Gonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes e membros da APMF e do Conselho Escolar a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.
Março	16:00	Karollyne C. G. da Silva; Pamella Gonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.

Abril	16:00	Karollyne C. G. da Silva; PamellaGonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.
Maio	16:00	Karollyne C. G. da Silva; PamellaGonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.
Junho	16:00	Karollyne C. G. da Silva; PamellaGonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.
Julho	16:00	Karollyne C. G. da Silva; PamellaGonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.
Agosto	16:00	Karollyne C. G. da Silva; PamellaGonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.
Setembro	16:00	Karollyne C. G. da Silva; PamellaGonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.
Outubro	16:00	Karollyne C. G. da Silva; PamellaGonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.
Novembro	16:00	Karollyne C. G. da Silva; PamellaGonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomes a cada início do mês seguinte e disponibilizado no mural do CMEI para conhecimento da comunidade escolar.

Dezembro	10:00	Karollyne C. G. da Silva;; Pamella Gonçalves Biscotto; Marcelo Pinheiro Gomese membros da APMF e do Conselho Escolar.
----------	-------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2 CONCEPÇÕES

2.1 CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

O termo sociedade nos traz a ideia do conjunto de pessoas que vivem numa certa faixa de tempo e de espaço, seguindo normas comuns e que são unidas pelo sentimento de consciência de grupo. A manutenção de ações que privilegiam este pensar coletivo estabelece alguns princípios e ideias que nos fazem refletir e reorganizar o modo de pensar questões políticas e normas sociais que elevam as constantes relações com o mundo. Um grupo politicamente organizado é aquele que com mais habilidades supera desafios e organiza seus espaços. A tarefa de construir uma nova sociedade não deve ser delegada, necessariamente, à família ou à sociedade, pois é também dever da escola, no nosso caso CMEI, a primeira infância. O CMEI resguarda uma efetiva participação no momento em que inclui em seus conteúdos curriculares a dimensão humanística, científica e político-social. Compromete-se ainda, quando promove o desenvolvimento da criança no sentido de trabalhar lideranças, solidariedade e posicionamento frente ao mundo complexo, fazendo-o compreender as mudanças e sua participação.

2.1.1 Fundamentação Teórica

Cada indivíduo é uma unidade de ação, em primeiro lugar de si mesmo, depois da pequena sociedade familiar e à medida que for capaz de protagonismo, aumentará seu raio de ação, pois, vai encontrar sempre maior demanda para as ações que fizer. É uma força que, em quanto aumenta seu raio de ação, aumenta e reforça o próprio núcleo, ou seja, aumentando o território do seu próprio “eu”. É a centripetação expansiva, como explica o professor Antônio Meneghetti na segunda característica do em si ôntico (MENEGHETTI, 2010). Tudo isto somente é possível a partir do momento em que o indivíduo está inserido em um meio social. O conceito de sociedade e da teoria sobre o fato do indivíduo ser um ser social vem evoluindo ao longo do tempo, impulsionado pela busca que fazem filósofos e sociólogos pela explicação mais ajustada sobre sociedade. O tema “origem da sociedade” e por consequências, o indivíduo como ser social, começa a ser formalizado

por Rousseau, Hobbes e Locke no século XVI. São chamados contratualistas em virtude do pacto social, cada um tendo uma concepção particular do homem. Estes pensadores estão em acordo ao fato que o homem, por um “contrato”, reduz o seu egoísmo para poder viver em sociedade. O indivíduo abre mão de alguns direitos em troca de segurança. Estes três autores são precursores da sociologia ao passo que já desenvolviam uma filosofia política. Hobbes, por sua vez, afirmava que o homem é “lobo do próprio homem” parafraseando o escritor e dramaturgo romano Plauto (254-184 A.C): homo hominis lúpus. Assim, o homem trocaria parte de sua Liberdade por segurança. Rousseau afirmava que o homem troca parte da Liberdade por bem-estar social. Locke afirmava que o homem trocava o direito de punir pela garantia de exercer seus direitos naturais como, vida, Liberdade, propriedade e felicidade. O termo sociologia foi criado por Augusto Comte no séc.XIX, sendo considerado o pai da sociologia. No enfoque histórico, os registros a partir dos quais se funda a ciência sociológica como saber, tem como principais atores Émile Durkheim, Max Webere Karl Marx.

Antes disso, a sociedade só era analisada com o auxílio da filosofia política (MARTINS, 1994). A Revolução Francesa e a Revolução Industrial foram os dois grandes propulsores das transformações que provocaram a necessidade de compreensão do enômeno social. Augusto Comte, em seu pensamento positivista, entendia que a religião e a filosofia conduzem o homem ao engano necessitando dar vez ao conhecimento científico. Era preciso repensar a ordem social, afastar interpretações baseadas em superstições e crenças infundadas, para abrir espaço a um saber sobre os fenômenos históricos, sociais e instituir um método que permitisse a compreensão da nova ordem de convívio entre os indivíduos.

2.1.2 Direitos Humanos

Os diretos humanos sendo uma categoria de direitos básicos assegurados a todo e qualquer ser humano, não importando a classe social, raça, nacionalidade, religião, cultura, profissão, gênero, orientação sexual ou qualquer outra variante possível que possa diferenciar os seres humanos.

2.1.2.1 A Declaração dos Direitos Humanos assegura em seus artigos:

Artigo 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4. Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5. Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6. Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. Sendo este um tema gerador muito importante referente aos direitos e deveres, trabalhamos no decorrer do ano letivo. Tendo em vista que direitos humanos estão sempre presentes na vida cotidiana de cada pessoa, a Educação Infantil aborda em cada interação, seja da criança com o adulto ou da criança com outras crianças, os direitos, deveres e obrigações, sendo extremamente necessário para o convívio social.

2.1.3 Políticas de Inclusão

Muito se tem discutido, em dias atuais, a cerca de políticas de inclusão na educação, deste modo, para uma efetiva inclusão, inserção de pessoas com necessidades especiais ou portadoras de quaisquer deficiências busca a compreensão do termo inclusão, assegurando os direitos como indivíduo integrante de uma sociedade em todos os aspectos, saúde, transporte, acesso de locomoção, lazer e educação. Em se tratando do âmbito educacional, é necessário o suporte de inclusão da Educação Infantil à graduação

e ao mercado de trabalho. Porém, sobrepuja-se à Educação Infantil como base para este caminho a ser percorrido.

Ao se pensar em termo inclusão, o primeiro princípio a ser pensado é o indivíduo, cidadão dotado de direitos, Freire (2008) assevera que esses direitos independem de classe social, gênero, grupos sociais. Deste modo, afirma também que há diferenças entre integrar e incluir. Na perspectiva educacional, “a educação inclusiva visa, pois, garantir que todos os alunos, independentes de suas características e diferenças, acedam uma educação de qualidade e vivam experiências significativas.” (FREIRE, 2008, p 9).

Como um indivíduo de direitos, a Constituição de 1988 afirma o direito das pessoas com deficiência à educação e ao atendimento educacional especializado, no Art. 208: que estabelece o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Esse direito está igualmente previsto na Lei 9394/96:

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Ao compreender que cada pessoa com necessidades especiais, têm seus direitos assegurados pela Constituição Federal Brasileira e Declarações Internacionais como a de Salamanca. Em se tratando de Educação, de acordo com FREIRE (2008, p 7, apud RODRIGUES, 2000, p 10)

A Educação Inclusiva apostava na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece todas as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade.

A educação especial articula-se com a educação infantil no seu objetivo de garantir oportunidades sócio-educacionais à criança, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando dessa forma, suas experiências, conhecimentos.

O CMEI Professora Rosiane Pinheiro Norato acredita em uma inclusão efetiva, que assegura e possibilita a condição de infância e aprendizagem da criança com necessidades especiais, assim como garante o direito da família a ter acesso a informação, ao apoio e à orientação sobre seu filho, participando do processo de desenvolvimento e aprendizagem e da tomada de decisões quanto aos programas e planejamentos educacionais.

A inclusão precisa ser atendida como o espelho na educação, um direito adquirido, que consiste em oferecer uma formação que acompanhe o aprendizado regular, estabelecendo políticas claras garantias de condições

para que elas sejam implementadas. Para isso, o CMEI deverá adaptar-se a essa realidade, assim todos terão a oportunidade de desenvolver ao máximo suas potencialidades, visto que já atendemos crianças com necessidades especiais educacionais no CMEI. Sempre nas nossas reuniões e encontros há momentos de articulações e trocas de experiências entre os profissionais que atuam no CMEI, pois todo o conhecimento sempre é bem-vindo. Segundo Vygotsky "crianças em diferentes momentos de desenvolvimento e interação, produzem e provocam o aprendizado entre si, todos têm suas particularidades e, percebendo as nossas diferenças e as dos outros passamos a ter um olhar mais generoso". Entretanto, a Educação Especial, articula-se com a educação infantil no seu objetivo de garantir oportunidades sócio-educacionais à criança, promovendo seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando desta forma, suas experiências, conhecimentos e participação social.

2.2.1 Fundamentação Teórica

A Educação é uma prática social, transformadora e democrática. A Educação Infantil, portanto, é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art.29).

A proposta curricular para a Educação Infantil, iniciou pela necessidade de situar o tempo na infância. Ser criança e viver a infância são direitos conquistados como evidenciados nos pressupostos legais, esses devem ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais, família, escola e comunidade.

Antes de aprofundar as questões referente a concepção, necessitou-se analisar o processo de adultização no qual as crianças estão submetidas, intensificando por meio de comunicação a relação familiar e os processos de formação docente. Mais do que elencar a infância como um período de existência humana, queremos contribuir para repensar o tempo, sem esquecer o direito primeiro de ser criança.

Do séc. XII aos meados do séc. XV, a infância foi considerada uma fase insignificante, não se tinha pela criança afeto, por ser considerada um adulto em miniatura, porém no sec. XVII é que a infância passou a ser vista como uma etapa da vida, vindo assim a ter as primeiras escolas para crianças, as mesmas eram atendidas por religiosos que assim recebiam todas as classes sociais. Assim a escola passou a ser vista como um caminho de ascensão social, tendo o poder de formar o indivíduo e a educação tendo o objetivo de estimular e intervir no desenvolvimento da cria, em forma de assistencialismo.

Ao situar a história da educação infantil no Brasil, Oliveira (2002), reafirma que:

Aos meados do séc. XIX, o atendimento de crianças pequenas longe das mães em instituições como creches ou parques infantis praticamente não existia no Brasil. No meio rural onde existia a maior parte da população no país na época, famílias de fazendeiros assumiam o cuidado das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, geralmente fruto de exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco. Já na zona urbana, bebês abandonados pelas mães, por vezes filhos ilegítimos de moças pertencentes a família com prestígio social, eram recolhidas nas rodas de expostos existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII (OLIVEIRA, 2002, p. 91).

Num panorama histórico dois marcos podem ser considerados decisivos para o reconhecimento de direito a criança a educação.

A declaração dos direitos da criança, documento produzido pela ONU, em 1959, e complementado pela Convenção sobre o direito da criança, de 1989, que estabeleceu o direito a proteção, a compreensão, as oportunidades para o desenvolvimento físico, mental, oral, espiritual e social, direito à educação entre outras; responsabilizando a família, a sociedade e as autoridades pela garantia de efetivação desses direitos, independente de raça, cor, sexo, religião, condição social ou de outro fator de qualquer natureza.

A declaração mundial sobre educação para todos, assinada em Jomtien, na Tailândia em março de 1990, por representantes de 155 países, apresentou preocupações e metas a serem atingidas no sentido de ampliar a escolarização e, principalmente melhorar a sua qualidade. Em relação a aprendizagem, a declaração reforçou que essa começa com o nascimento, o que implica investimentos na educação inicial na infância, envolvendo a família a comunidade e os programas institucionais. Dentre as metas estabelecidas, destacam-se os cuidados básicos com o desenvolvimento infantil, incluindo ações junto as famílias e a comunidade, destinado especial atenção as crianças pobres e portadoras de deficiência.

Com tudo isso observou-se que a ampliação do atendimento escolar não foi o suficiente para cobrir a demanda. A educação infantil passou a ser um direito da família e da criança, prevista na constituição Brasileira de 1988, no estatuto da criança e adolescente de 1990 e nas legislações educacionais específicas, exigindo assim muito esforço para ser efetuado na prática.

No Brasil a primeira lei que tratou a educação infantil foi a LDBEN nº 4024/61 oferecida apenas em jardins de infância ou em instituições permanentes. Na sequência alei nº 5692/71 alterou artigos da LDBEN nº 4024/61. Os sistemas de ensino velarão para que as crianças menores de 7 anos recebam convenientemente educação em escolas maternais, jardins de infância ou instituições equivalentes. No processo deredemocratização aos debates em termo de constituição de 1988 houve a participação de movimentos sociais entre eles o feminista, favorecendo assim a educação infantil como um direito da família e da criança, os mesmos foram garantidos na constituição do Paraná, e na atual lei de diretrizes e base da educação (LDBEN) nº 9394/96.

Na década de 1990 a educação infantil passou a ser responsabilidade da pasta da educação, iniciou-se discussões de âmbito político pedagógico sobre o atendimento das crianças neste período do desenvolvimento humano. As práticas pedagógicas orientavam-se pelas normativas do sistema nacional de educação.

A legislação da educação atual avançou ao colocar a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, constituindo assim direito da criança desde o nascimento. A responsabilidade passou a ser do estado em atender com a complementação da família e da sociedade. Assim sendo a educação deixou de ser assistencialismo e passou a ser direito de todos.

A organização infantil em um percurso histórico explicita a concepção de criança que se assume. Nos pressupostos que fundamentam o currículo a criança é entendida como sujeito social e histórico, que se apropria do conhecimento acumulado pela humanidade.

A função social desta etapa da educação básica torna acessível a todas as crianças que as frequentam, os elementos construídos pela humanidade, que contribuem para seu desenvolvimento. Martins (2012) diz que quando se posiciona sobre a responsabilidade da instituição escolar, advogamos o princípio segundo o qual a escala independente da faixa etária, cumpre a função de transmitir conhecimentos em todas as esferas.

BRASIL (2018, p. 18) enfatiza que cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana e suas múltiplas dimensões.

O trabalho pedagógico para a Educação Infantil, é inserido num projeto de transformação social, os professores precisam compreender as crianças num contexto atual e, oferecer subsídios para que os mesmos possam ter clareza de qual concepção de infância está norteando seu trabalho.

2.2.2 Concepção de Infância e criança

Como afirmam Dias e Faria (2007, p. 49) “Considerar a criança como sujeito é levar em conta, nas relações que com elas estabelecemos, que elas têm desejos, ideias, opiniões, capacidade de decidir, maneiras de pensar, de criar, de inventar, que se manifestam, desde cedo, nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, nas suas vocalizações, na sua fala”. Assim como concebe como base o Currículo do Município de Paranaguá, as concepções de criança:

É sujeito histórico e social que possui desejos, interesses, ideias, opiniões, capacidade de decidir, criar e se manifestar. As crianças pensam de maneira sincrética, exprimindo as cores dos afetos, da imaginação, das lembranças e de tantas relações que são capazes de fazer. O sincretismo do pensamento infantil se assemelha às metáforas quando a criança está inserida em ambientes enriquecedores, instigantes e cheios de espaço para aprender, a criança segue avançando. O pensamento, a princípio sincrético, vai se estruturando a cada nova ideia elaborada, a cada experiência, na interação com discursos diversos que nutrem as crianças de ferramentas linguísticas para a elaboração de modos de pensamentos cada vez mais complexos. Como sujeito implicado com a sua própria aprendizagem, as crianças não recebem prontas as informações que lhes são apresentadas: elas se apoiam nos recursos de que dispõem no momento para perguntar, levantar hipóteses, buscar soluções inteligentes para atribuir significados

a objetos, relações e fenômenos que as cercam. Para aprender não é preciso pré requisito: não é preciso conhecer o simples para chegar ao complexo, nem dominar o pequeno para alcançar o grande. A criança parte de onde está, relacionando seus conhecimentos prévios e construindo ideias que se relacionam de alguma forma com os conceitos construídos pelos homens em relação ao ambiente, no campo de linguagens, no universo das ideias. (PARANAGUA, p.8)

Sendo a infância um período único com suas especificidades, entendemos que:

Precisamos conceber a infância como parte da vida e não como preparação para ela. Pensar numa educação de qualidade que permita o conhecimento construído e não transmitido, que se traduz em aprendizagem e não em instrução. Não é possível se referir a infância como única, mas a uma pluralidade de experiências de infâncias. O desenvolvimento não ocorre de maneira uniforme, ele não depende apenas das características físicas e ambientais, nem de etnias, crenças e status social da família das crianças. Depende sobretudo, da aprendizagem, que, por sua vez, é fortemente marcado pelas experiências culturais a que as crianças são expostas desde o momento do nascimento. Desenvolvimento e Aprendizagem são processos complementares que se alimentam mutuamente: desenvolvimento indica possibilidade humana e aprendizagem põe em movimento o processo de desenvolvimento, alimentando continuamente as transformações dos saberes antigos em novos.

A proposta pedagógica da Rede Municipal de Educação Infantil de Paranaguá está apoiada em uma concepção que acredita no diálogo entre o desenvolvimento humano e aprendizagem das crianças. Tem como intenção, através das interações, ampliar os horizontes, proporcionar momentos significativos, promover atividades que envolvam e ampliem horizontes de todos os envolvidos, os remetendo às novas experiências. (PARANAGUÁ, p.9)

Os laços afetivos são essenciais para a formação do caráter da criança, além de oferecer-lhes a possibilidade de ingressar no mundo dos adultos com segurança.



O sentimento de amor e a certeza de estar protegida oferecem à criança a condição de poder expressar livremente sua espontaneidade e criatividade, e assim adquirir a autoconfiança que as tornará pessoas responsáveis, cumprindo com seus deveres e obrigações sociais.

2.2.3 Articulação entre as ações de cuidar e educar

O olhar da instituição sobre a família precisa ser ampliado, pois o modelo familiar sofreu mudanças significativas e estas transformações influenciaram a vida da criança provocando modificações emocionais e afetivas no seu cotidiano. Este modelo de família idealizada constituída de pai, mãe, e filhos não é mais o único modelo existente na

sociedade atual. A diversidade da organização familiar é decorrência de fatores econômicos, sociais e morais que estamos vivenciando.

Nessa diversidade, há famílias compostas por pai, mãe e filhos, em outras nas quais apenas a mãe ou o pai é o único responsável pelas crianças, aquelas em que os avós são responsáveis pelos netos e atualmente, também, encontramos a união de pessoas do mesmo sexo.

Pensando nessa diversidade o CMEI adotou como projeto o dia da Família, assim não será mais comemorado separadamente o dia das mães e o dia dos pais, com o objetivo de que a criança possa vivenciar esses momentos com as pessoas que são responsáveis por ele (a). Dessa forma podendo incluir todas as crianças nessa festividade.

O ingresso da criança no CMEI é um momento muito especial, que gera às crianças e às famílias ansiedade e insegurança diante deste novo e desconhecido espaço. Neste sentido, a adaptação da criança e sua família deve ser pensada e planejada pelos profissionais do CMEI a fim de garantir que seja mais tranquila possível. Amparo, aconchego, carinho e cuidado devem ser fortemente demonstrados às famílias e principalmente às crianças.

Nesse momento tão importante, o CMEI “Prof.^a Rosiane Pinheiro Norato define estratégias que favoreçam a adaptação da criança e da família. Organizamos tempos, espaços, e propostas diferenciadas, entendendo que ambas necessitam de tempo e ações concretas para que se sintam acolhidas neste novo espaço de cuidado e de educação.

A adaptação inicia-se desde a matrícula até o ingresso da criança. Por isso, na entrevista de matrícula são apresentadas informações sobre o atendimento oferecido, os objetivos do trabalho, a concepção de educação adotada. Também são conhecidos alguns hábitos das crianças e estabelecido um primeiro contato dos professores com a família. Em seguida é realizada uma reunião com todas as famílias novas para esclarecer dúvidas e preocupações, compartilhando o compromisso do CMEI com o crescimento e desenvolvimento das crianças.

O cuidar na Educação Infantil está voltado para a execução de atividades básicas que as crianças não realizam sozinhas ou àquelas em que as crianças precisam de acompanhamento e que se relacionam com as necessidades de proteção, acalento, alimentação e higiene.

A aprendizagem e a construção do conceito de organização estão nas próprias brincadeiras. Nelas as crianças reproduzem situações que precisam entender, e isso não pode ser menosprezado pelos adultos, principalmente pelos educadores e professores,

pois na brincadeira têm-se a oportunidade de observar e intervir nas interações, propor novas situações, novas brincadeiras, potencializar as aprendizagens e ampliar as experiências, envolvendo todas as crianças, independentemente da idade, gênero e classe social.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (RCNEI, 1998).

No início do ano letivo, os pais recebem as informações referentes ao CMEI como funcionamento, horário de chegada e de saída. O tempo dentro da escola é organizado procurando atender as necessidades das crianças de um modo geral, observando o desenvolvimento educacional por meio das atividades pedagógicas.

Os saberes e os interesses trazidos pelas crianças são levados em consideração, pois esses colaboram no modo de como cada uma irá construir suas significações, “parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”, (BNCC, 2018).

Em relação a rotina, ela é estruturada de forma flexível, pois a individualidade e os interesses de cada criança são respeitados, cuidando para que a rotina estabelecida na escola não seja prejudicada. Esta rotina consiste em suprir as necessidades diárias de cada criança, sendo diferente para as turmas integrais e para as turmas parciais, mas de modo geral a rotina se baseia na entrada, higiene, pátio externo, experiências de aprendizados, hora do soninho e alimentação com cardápio variado, que é supervisionada pela nutricionista da SEMEDI (Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral) e inspecionada pela nutricionista da empresa terceirizada que fornece os alimentos.

Por meio da rotina estabelecida no CMEI as crianças têm oportunidade de interagir com seus pares, criando vínculos sócio-afetivos, desenvolvendo a criatividade, manipulando e explorando objetos que lhe são apresentados. É sabido que além do que já foi exposto, também faz parte do planejamento temas da nossa região, como cultura, artes, meio ambiente, ciências, tecnologia, entre outros.

Para cada situação apresentada à criança, é destinado um tempo para que possa familiarizar-se, promovendo o conforto e o bem-estar no seu desenvolvimento. Observa-se o comportamento das crianças, enquanto desenvolvem as atividades, tanto em grupo quanto individual para que as professoras possam conhecê-las melhor e quando

necessário, fazer as interferências adequadas. A rotina da instituição é respeitada conforme o estabelecido, porém procuramos atender às necessidades esporádicas dos pais sem que haja prejuízo no atendimento, mesmo porque as particularidades das crianças precisam ser respeitadas.

Considerando que na Educação Infantil, a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças têm como base os campos de experiências, assim toda a nossa estratégia pedagógica dentro da sala de aula, com a utilização de jogos e brincadeiras são dirigidas pelos professores/educadores, ou ainda pode-se falar nas brincadeiras livres que são ricas em informações e essas costumam exercitar as conquistas (sociais, emocionais e físicas).

No pátio externo, são desenvolvidos jogos ao ar livre e as brincadeiras no parque são liberadas para as crianças, desde que acompanhadas pelos professores/educadores.



2.2.4 Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

Especificamente o nosso CMEI atende turmas até o Infantil 4 e por isso nossas crianças completam a Educação Infantil na Escola Berta Rodrigues Elias, tecnicamente não participamos desta transição para o Ensino Fundamental, mas para as crianças do Infantil 4 há uma mudança de instituição e para as crianças é como uma transição da escolinha para a escola das crianças maiores, por isso, dialogamos com a equipe pedagógica da Escola Berta para proporcionarmos para as crianças do Infantil 4 uma visita agendada

geralmente no mês de novembro na Escola Berta para que as crianças possam conhecer o futuro espaço escolar, através desta visita as crianças se sentem mais preparadas para iniciar o próximo ano letivo de uma forma mais tranquila.

Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (Resolução CNE/CEB n° 05/09. Art.11)

Nesse sentido, guardando as especificidades dos diferentes momentos desse processo contínuo de desenvolvimento e de apropriação do mundo pelas crianças, em ambos os níveis educacionais as crianças precisam ser cuidadas e educadas. Em ambos os níveis, todas as dimensões da formação humana devem ser levadas em conta no trabalho pedagógico com esses sujeitos.

2.2.5 Educação Inclusiva

A inclusão nos remete às diferenças no meio social em que se vive e com o qual se estabelecem relações. É preciso conhecer as particularidades do outro para, então, orientá-lo de maneira adequada. Perceber a forma como a criança se desenvolve, brinca, aprende, age e reage aos estímulos e ao meio que o cerca traz elementos para melhor entendê-lo e intervir positivamente. No CMEI, o compromisso de educar está aliado à responsabilidade da criança, da família e dos profissionais que o acompanham, ao compartilhamento de informações e recursos que beneficiam o desenvolvimento da criança e ao fornecimento de um diagnóstico formal a respeito da deficiência e/ou síndrome que apresenta. Considerar as diferentes características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são de fundamental importância, sendo, porém, preciso verificar as condições de aprendizagem que o CMEI pode oferecer e o bem-estar das crianças, compreendendo que são únicos e diferentes, mesmo naquilo em que se assemelham. Em decorrência, estabelece critérios que visam beneficiar a aprendizagem e o desenvolvimento de todos, bem como colaborar para que ambos ocorram. A presente política justifica-se pelo compromisso em alinhar os procedimentos pela busca da qualificação e fortalecimento da prática inclusiva. Avaliar cada situação de acordo com a necessidade da criança conduz o Cmei a estratégias de intervenção no que se refere às necessidades educacionais específicas, seja por meio das orientações recebidas por profissionais especializados e/ou pelo conhecimento e prática adquiridos na relação diária entre CMEI e criança. A partir disso, são apresentados os possíveis encaminhamentos para os casos, encaminhados

para a Secretaria Municipal de Inclusão para que seja realizada os atendimentos necessários.

2.2.6 Educação para as relações Étnicos raciais.

Nossa cultura brasileira tem origem nas raízes africanas e indígenas. Quando citamos isso estamos nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas e rituais, próprios dos negros e índios brasileiros. Sendo assim, mantém-se até os dias de hoje a influência na maneira de comer, vestir, dançar, cantar, entre outras pois quase todos nós comemos feijoada, cantamos e dançamos samba, e alguns frequentam academia de capoeira. E isto, sem dúvidas, é influência africana e indígena.

A nação brasileira foi construída através de contribuições de povos indígenas e africanos, por meio de seus trabalhos e criatividade.

A organização das sociedades indígenas e africanas é uma das formas primitivas de organização social, ou seja, uma das primeiras formas como o homem organizou-se em grupos ou em tribos. No Brasil, muitas tribos ainda vivem da mesma maneira como viviam quando os portugueses aqui chegaram.

Há que se destacar também que a sociedade industrial, para chegar aonde chegou, contou com o trabalho escravo do negro africano e do índio, embora muitas vezes os povos indígenas foram tratados como se fossem um empecilho ao desenvolvimento econômico. As comparações entre a sociedade indígena e industrial introduzem a análise das diferenças de organização e costumes; desta forma, importa discutir no espaço da escola essas questões e mostrar que somente o respeito às diferenças culturais pode garantir a preservação de sociedades que estão em extinção.

Na busca da sobrevivência, o homem interage com a natureza, modificando-a e dela extraindo o que necessitam, desta forma cria seu mundo com características humanas, e define a cultura do seu povo.

Cultura é tudo o que os homens produzem, constroem ao longo da história, desde as questões mais simples às questões mais complexas, manifestadas por meio da arte, religião, costumes, valores, etc.

É papel da educação escolar respeitar essa diversidade e buscar desenvolver nas crianças, o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização tão difundida pelos meios de comunicação. Respeitando e valorizando por meio do diálogo, o que a criança já sabe:

"Como educador, preciso ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo... não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo 'leitura do mundo' que precede a 'leitura da palavra'" (Freire, 2000, p. 83).

Cabe a escola aproveitar essa diversidade cultural e fazer dela um espaço aberto e democrático, que estimule a aprendizagem, valorizando a cultura popular porém, dando as condições necessárias para que a criança faça a passagem do saber popular para o saber sistematizado, acumulado historicamente.

Nessa perspectiva, considerando o legado e a presença da população afro e indígena e de seus descendentes no Brasil, as educadoras devem fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir na formação das crianças, para que eles saibam valorizar as diferenças das culturas e raças, incentivando o respeito à diversidade étnica que compõe o povo brasileiro. Essa abordagem é realizada através de histórias infantis, teatros, filmes, desenhos animados e de situações que surgem eventualmente no cotidiano.

2.2.7 Concepção de ensino integral

A educação integral é uma concepção que comprehende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural – e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Ampliar e qualificar o tempo de permanência da criança no CMEI tem se constituído em uma necessidade cada vez mais urgente na atual sociedade. Ampliar e qualificar o tempo de permanência faz parte de um processo de complementação das oportunidades de aprendizagem, por meio da oferta de atividades educativas diversas por meio de interações e brincadeiras que são o eixo da educação infantil, articuladas à otimização do espaço escolar e ao mesmo tempo, uma ampliação de oportunidades e novas situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras.

O Ensino Integral em Tempo Integral, amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 que aborda a jornada ampliada e integralidade do ensino; Deliberação do Conselho Municipal de Educação – COMED nº 01/2025 que institui normas para o Ensino Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Paranaguá e a Instrução Normativa nº 07/2025 da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral – SEMEDI que regulamenta a modalidade de Ensino no município, trazem

a proposta da educação total do aluno oportunizando o aumento dos índices de aprendizagem, redução dos níveis de desigualdade e fortalecimento da cidadania através de atividades lúdicas que visem a valorização da diversidade cultural e social; integração entre os conhecimentos escolares e saberes comunitários através do desbravamento dos territórios locais e participação coletiva onde o aluno se torna protagonista. Para que os princípios listados acima sejam eficazes, torna-se importante a assiduidade do aluno com frequência mínima de 60% do total anual de horas no caso da Educação Infantil e 75% no Ensino Fundamental e no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, durante o período letivo, perfazendo uma carga horária anual mínima de 1.400 (Um Mil e quatrocentas) horas.

O Ensino Integral em Tempo Integral no município de Paranaguá, Pr fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), na Deliberação do Conselho Municipal de Educação (COMED nº 01/2025) e na Instrução Normativa da SEMEDI nº 07/2025, propõe uma educação que contempla o desenvolvimento pleno do aluno. Esta concepção de educação tem como finalidade elevar os níveis de aprendizagem, reduzir as desigualdades e fortalecer a cidadania.

Sob esse contexto, são implementadas práticas pedagógicas que:

Promovem a valorização da diversidade cultural e social por meio de atividades lúdicas;

Favorecem a integração entre os conhecimentos escolares e os saberes comunitários, explorando os territórios locais;

Incentivam a participação coletiva, posicionando o aluno como protagonista de sua própria aprendizagem.

Posto isso, para a efetivação desses princípios, é essencial a participação dos estudantes, conforme os seguintes parâmetros:

Educação Infantil: Frequência mínima de 60% do total de horas anuais.

Ensino Fundamental: Frequência mínima de 75% do total de horas anuais.

Nesse contexto, a jornada escolar deve ser de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, totalizando uma carga horária anual mínima de 1.400 (mil e quatrocentas) horas.

Na sequência sinalizamos por meio dos Quadros o funcionamento do Ensino Integral em Tempo Integral no município de Paranaguá, Pr.

QUADRO 1: HORÁRIOS DE ATENDIMENTO NO REGULAR/INTEGRAL

MANHÃ		TARDE	
07:30	11:30	13:30	17:00

QUADRO 2: TURMAS QUE OFERTAM O ENSINO INTEGRAL E DOCENTES RESPONSÁVEIS

TURMA	DOCENTE	ALUNOS MATRICULADOS
Infantil 1	Gisleine Leandro e Edithielle Freitas	9
Infantil 2	Lidiane Correa, Hellaine Matoso e Priscilla Antosko	13

QUADRO 3: OFICINAS / CAMPOS DE EXPERIÊNCIA OFERTADAS NO ENSINO INTEGRAL

OFICINA / CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	CARGA HORÁRIA
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS DA BNCC	Durante todo período integral

2.2.8 Ações de monitoramento para a busca ativa das crianças infrequentes.

As ações de Busca Ativa são baseadas pela Instrução Normativa 03/2021 da SEMEDI. Após a verificação de faltas sem justificativas dos pais ou responsáveis, a equipe pedagógica entra em contato por telefone ou aplicativo de mensagem para saber se a criança está bem. Caso o responsável não atenda ou demore para responder, a equipe pedagógica tenta entrar em contato com familiares ou vizinhos. Esgotadas todas as tentativas de contato, o caso é encaminhado para o Conselho Tutelar

Na Instrução Normativa Nº 03/2021 SEMEDI.

Art. 4º - Faz-se necessário o registro do acompanhamento e os instrumentos utilizados para a busca ativa realizada pela equipe gestora às crianças que não estão participando das atividades pedagógicas não presenciais propostas pelas Escolas e CMEIs da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

§ 1º - Após constatar a ausência de 05 dias consecutivos ou 07 dias alternados, sem justificativa na participação das atividades não presenciais do ciclo (vigente), a equipe pedagógica deve iniciar o processo da busca ativa de acordo com a Ficha de Acompanhamento da Equipe Gestora – Busca Ativa, Anexo I.

§2º - Nos casos em que o estudante/criança acompanha as atividades de forma impressa, não havendo entrega/devolutiva no próximo ciclo inicia-se o processo de busca ativa.

§3º - Orienta-se que o docente faça o acompanhamento/registro durante o ciclo dos estudantes/criança com baixa participação diária. Este registro está estabelecido no Anexo III da Instrução nº 01/2021.

§ 6º - Esgotadas as tentativas da instituição em contatar a família da criança/estudante que não apresenta as atividades pedagógicas não presenciais propostas, à equipe gestora comunicará ao Conselho Tutelar ao final do mês (vigente) através do Relatório de Busca Ativa, Anexo II. Para que assim, o Conselho atue e aplique as Medidas de Proteção cabíveis, a fim de garantir o vínculo e o pertencimento do aluno ao meio escolar.

§ 7º - O Relatório de Busca Ativa deverá ser digitado, assinado e escaneado com todas as informações necessárias e encaminhado via e-mail ao Conselho Tutelar: <ctparanagua@gmail.com>.

2.2.9 Instrumentos de registros de prevenção ao abandono escolar e evasão escolar.

O CMEI tem papel fundamental no combate à evasão escolar, pois a criança está diretamente vinculada a ela em seu dia-a-dia. É necessário que o CMEI tome todas as iniciativas que lhe cabem, visando à permanência da criança no sistema educacional, conscientizando-o da importância da educação em sua vida e para seu futuro, mantendo contato frequente e direto com os pais ou responsáveis, enfatizando a sua responsabilidade na educação dos filhos, encaminhando aos órgãos competentes casos que não foram resolvidos pelo CMEI, ou casos recorrentes de evasão. O CMEI tem desenvolvido suas ações conforme propõe as orientações da SEMEDI, buscando sempre estar atento às faltas das crianças, telefonando quando possível, usando a ferramenta do WhatsApp, visitando a residência em último caso, convocando os pais, na busca para encontrar a solução do problema e, quando o CMEI já tomou todas as providências necessárias e não obteve êxito, é registrado no Sistema Educacional da Rede de Proteção

– SERP e enviado ao Conselho Tutelar com cópia ao departamento de orientação da SEMEDI.

O objetivo maior é garantir que nenhuma criança fique fora do CMEI, impedindo que os números da evasão escolar, motivada por vários fatores históricos, sociais e mesmo educacionais, continuem a crescer. O sistema do SERP é um dos instrumentos colocados à disposição do CMEI para a sistematização de ações de combate à evasão escolar. Nesse sistema o principal agente desse processo é o educador, na medida em que, constatada a ausência da criança por 15 (quinze) dias consecutivos ou, então, 30 (trinta) alternados no

período de um mês, esgotadas as iniciativas a seu cargo, o educador comunicará o fato à equipe pedagógica do CMEI, que entrará em contato com a família, orientando e adotando procedimentos que possibilitem o retorno da criança. Recebendo a notícia, o pedagogo imediatamente realiza os procedimentos, comunicando o fato à direção do CMEI. A direção, juntamente com a pedagoga realiza contato com a família, buscando viabilizar o retorno ao CMEI. Não obtendo êxito, encaminha relato da situação ao Conselho Tutelar.

2.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO

2.3.1 Fundamentação Teórica

A concepção de gestão na Educação Infantil é um aspecto fundamental para garantir a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral das crianças. Ter uma gestão ampliada, vinculada a organização logística , burocrático, pedagógico e gestão democrática. Essa gestão envolve a administração de todos os aspectos relacionados à educação das crianças pequenas, desde a organização pedagógica até a administração de recursos e a coordenação de equipes. Aqui estão alguns pontos chave para entender a concepção de gestão na Educação Infantil:

2.3.1.1 Visão Pedagógica

A gestão na Educação Infantil deve estar alinhada com uma visão pedagógica que considere o desenvolvimento integral das crianças. Isso inclui aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos. A gestão deve garantir que a prática pedagógica esteja centrada nas necessidades e interesses das crianças, promovendo um ambiente de aprendizagem enriquecedor e estimulante e acolhedor.

2.3.1.2 Planejamento e Organização

O planejamento é crucial na gestão da Educação Infantil. Ele deve contemplar currículos adaptados ao desenvolvimento das crianças, atividades que incentivem a exploração e a curiosidade, e uma abordagem que respeite o ritmo individual de cada criança. A organização também envolve a estruturação do espaço físico, a gestão do tempo e a coordenação das atividades diárias.

2.3.1.3 Formação e capacitação de educadores

Uma gestão eficaz deve investir na formação contínua dos educadores. Capacitações regulares são essenciais para que os professores e demais profissionais da Educação Infantil estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas, abordagens inclusivas e novas metodologias de ensino.

2.3.1.4 Parcerias e Comunidade Escolar

A gestão deve promover a integração com a comunidade e a participação dos pais e responsáveis. Parcerias com as famílias são fundamentais para criar uma rede de apoio ao desenvolvimento das crianças. Além disso, estabelecer conexões com outras instituições e recursos comunitários pode enriquecer o processo educativo.

2.3.1.5 Administração de Recursos

A gestão deve incluir a administração eficiente de recursos materiais e financeiros. Isso envolve a alocação de orçamento para aquisição de materiais pedagógicos, manutenção do espaço físico e remuneração dos profissionais. Uma gestão eficaz também busca otimizar os recursos disponíveis e garantir a transparência na utilização dos mesmos.

2.3.1.4 Avaliação e Melhoria Contínua

A avaliação é uma parte essencial da gestão na Educação Infantil. Avaliar tanto o processo pedagógico quanto os resultados alcançados permite identificar pontos fortes e áreas que precisam de melhorias. A gestão deve promover um ciclo de feedback e revisão contínua para aprimorar constantemente a qualidade da educação oferecida, a avaliação é diária e continua visando o bem estar do ambiente escolar e as vivências das crianças.

2.3.1.5 Ambiente acolhedor Escolar

Criar um ambiente de trabalho positivo e uma cultura escolar acolhedora são aspectos importantes da gestão. O clima da instituição influencia diretamente o bem-estar das crianças e dos profissionais. Incentivar um ambiente colaborativo e respeitoso contribui para um processo educativo mais eficaz e harmonioso, potencializando o clima harmonioso e humanizador.

2.3.1.6 Legislação e Políticas Educacionais

A gestão deve estar em conformidade com a legislação vigente e as políticas educacionais específicas para a Educação Infantil. Isso inclui seguir diretrizes nacionais e

locais, respeitar os direitos das crianças e garantir que as práticas adotadas estejam alinhadas com as normas e regulamentos estabelecidos junto ao currículo e BNCC.

Esses aspectos formam a base para uma gestão eficaz na Educação Infantil, promovendo um ambiente que favoreça o desenvolvimento pleno das crianças e a construção de uma experiência educacional enriquecedora e significativa, respeitando a faixa etária e sua linhado desenvolvimento.

2.3.2 Instrumentos da gestão democrática

Participação e Gestão democrática Escolar são atos de cidadania em que não se deve aparecer na dimensão individual e todos os envolvidos devem estar comprometidos para que possamos alcançar os objetivos que foram previamente estabelecidos por todos. A gestão do CMEI Profª Rosiane Pinheiro Norato apresenta em suas ações e encaminhamentos princípios democráticos que priorizam a participação de toda a comunidade do CMEI (pais, professores/educadores, funcionários e crianças), promovendo assim a integração entre os diversos segmentos da comunidade.

A comunidade tem dois focos na educação: um deles é o exercer o direito de participar das tomadas de decisões relativas às questões de ordem pedagógica, administrativa e financeira dentro da instituição por meio de representatividade via Conselho Escolar, conselho de classe, Associação de Pais e Professor / educadores e CMEI.

Ainda assim, o CMEI é vivido como um espaço de diálogo, no qual todos são incentivados a se posicionar em favor de suas ideias e percepções.

Para buscar uma participação cada vez mais efetiva com os segmentos já mencionados, a gestão vem abrindo espaço de discussões permanentes para ouvir a voz dos que convivem no CMEI.

Nesta perspectiva, o CMEI realiza reuniões com a comunidade escolar (professores/educadores, funcionários) para discutir e avaliar diferentes situações pertinentes ao trabalho desta instituição. Estas reuniões ocorrem no período onde os profissionais estão na sua hora atividade ou quando surge algum tempo para que possamos realizá-las. E tem surgido efeitos positivos para o andamento do CMEI.

2.2.3 Eixo de gestão de resolução de Conflitos, dos Recursos Humanos, físicos, Materiais e financeiros.

A gestão escolar envolve a administração eficiente de recursos humanos, materiais e financeiros, e é fundamental para o bom funcionamento das instituições de ensino,

especialmente na Educação Infantil. Cada um desses eixos apresenta desafios específicos e pode ser fonte de conflitos que devem ser geridos de forma eficaz. Aqui estão os principais aspectos de cada eixo e como lidar com conflitos associados:

2.2.3.1 Aspectos da Gestão Colaborativa e Participativa

- **Formação:** Seleção e capacitação contínua dos educadores e funcionários.
- **Distribuição de Funções:** Definição clara de responsabilidades e tarefas.
- **Avaliação de Desempenho:** Processos para avaliar e melhorar o desempenho dos profissionais, através de gestão de resultados. Monitorando e dando possibilidades adequadas para que os resultados sejam positivos.

2.2.3.2 Gestão de conflitos

- **Desempenho Insatisfatório:** Pode ser resolvido através de feedback construtivo, planos de desenvolvimento profissional e, se necessário, reestruturação de funções, buscando de maneira efetiva participação
- **Falta de Motivação:** Implementar programas de reconhecimento e incentivos, promover um ambiente de trabalho positivo e oferecer oportunidades de crescimento.
- **Conflitos Interpessoais:** Facilitar a comunicação aberta, promover a resolução de conflitos e, se necessário, oferecer mediação externa.

2.2.3.3 Recursos Materiais

- **Aquisição e Manutenção:** Compra e conservação de materiais didáticos, mobiliário e equipamentos usando os recursos do PDDE com solidez e transparência com controle de estoque e rastreamento dos materiais disponíveis.
- **Organização do Espaço:** Planejamento do uso eficiente dos recursos materiais e físicos da escola, estabelecendo um planejamento adequado de aquisições, priorizar necessidades e buscar parcerias para obter recursos adicionais. Implementar políticas e práticas para garantir o uso adequado dos materiais e a manutenção regular dos equipamentos. Manter um sistema de inventário atualizado e promover a organização do espaço e dos recursos.

2.2.3.4 Recursos FinanceirosAspectos da Gestão:

- **Orçamento e Planejamento:** Elaboração e monitoramento do orçamento escolar, com bom uso e transparência com o dinheiro direcionado para o CMEI com controle de

gastos e boa aplicação dos recursos recebidos. Buscando por fontes adicionais de financiamento, como parcerias e projetos de captação de recursos

- **Transparéncia:** Manter uma comunicação aberta com a comunidade escolar sobre a gestão financeira e os desafios enfrentados. Manter um bom relacionamento com a comunidade para que sejam parceiros do CMEI e mantenham os cuidados necessários com a Instituição

- **Comunicação Clara:** Manter uma comunicação transparente e aberta com toda comunidade ajudando a prevenir e resolver conflitos.

- **Participação e Colaboração:** Envolver a equipe, pais e alunos no processo de gestão promove um ambiente colaborativo e reduz a resistência às mudanças.

- **Procedimentos e Políticas:** Estabelecer procedimentos claros para a gestão de recursos e resolução de conflitos ajuda a manter a ordem e a justiça na administração escolar.

- **Treinamento e Capacitação:** Oferecer treinamento regular para a equipe em gestão de recursos e resolução de conflitos melhora a eficiência e a eficácia das práticas de gestão.

- **Avaliação e Feedback:** Implementar mecanismos de avaliação e feedback contínuo permite identificar problemas precocemente e ajustar as práticas de gestão conforme necessário.

Esses eixos de gestão são interdependentes e uma administração eficaz deve considerar a integração entre eles para garantir uma operação escolar harmoniosa e produtiva.

2.3.4 Articulação entre a instituição, a família e a comunidade.

Dentre alguns motivos que levaram ao se pensar em escola, o que associamos é a educação e a importância que tem para a sociedade. Deste modo será discorrido a importância da educação, a relação da família na escola/CMEIs e quais articulações o CMEI Professora Rosiane Pinheiro Norato se apropriam para estabelecer, fortalecer e solidificar este elo tão importante que é a participação ativa da família na escola. Portanto, primeiramente faz-se necessário a compreensão da educação escolar, posteriormente quais os impactos que este elo família e escola interferem na vida do educando, comunidade escolar e sociedade como um todo, onde o foco principal é o educando, seu bem estar, a participação e colaboração de familiares.

Quando pensamos em escola, imediatamente associamos ao lugar onde o indivíduo será educado. Pois bem, para reflexão de educação SOUSA (2010, P 143) chega a uma análise que esclarece o seguinte

[...]educar é, então plataforma para o devir, é carta de socialização, como processo de aquisição de conhecimentos, valores e símbolos, ou seja, das maneiras de ser, pensar e agir - a cultura- do grupo ao qual o indivíduo está inserido. Educar é modificar num sentido determinado, isto é, conduzir de um estado para outro, sendo que o postulado implicado na educação é a educabilidade, virtualidade do homem para preservar no seu ser e adquirir experiência.

Para tanto, como citado acima, é o envolvimento na compreensão da comunidade como um todo. Por isso, faz-se refletir na importância da articulação e propor diversas estratégias e alternativas são usadas para que a interação escola-família aconteça com sucesso.

Os reflexos desta parceria, como podemos destacar, é benéfica para todos os lados, Sousa (2010)explica que a escola não poderia desempenhar verdadeiramente seu papel se não houvesse a participação da família, uma vez que é no seio familiar que desenvolvemos competências para o exercício da cidadania, pois é a família que conhece bem as potencialidades, as características pontuais de cada educando. Desta forma, vemos os reflexos nas crianças e jovens para um melhor desempenho escolar, o comprometimento, e o sucesso na aprendizagem. Os pais sentem-se valorizados por contribuir ativamente neste processo, resultando a uma cultura de cidadania e aprofundamento democrático.

A construção desta parceria não é fácil porque exige tolerância, consenso no lugar de imposição e respeito a diversidade de opiniões. Mesmo com estas dificuldades este ainda é o caminho certo, principalmente quando se quer uma educação de qualidade para todas as crianças.

Isto quer dizer que, somente em parceria com a família é que o professor/educador poderá efetivar práticas que extrapolam o espaço escolar e se perpetuem em outros momentos da vida da criança.

A participação e a parceria dos pais e/ou responsáveis na educação de seus filhos é de fundamental importância, elas se completam e com isso quem ganha é a criança, pois se sentirá mais segura emocionalmente na sua formação.

Para que tudo isso ocorra, é necessário recorrer às estratégias de participação, envolvimento e colaboração com as famílias. A principal delas reforça Sousa (2010) é a comunicação, além de reuniões temáticas de pais por turmas, assuntos, entrevistas individuais no início do ano letivo, e sempre que necessário a festas, teatros, convívios,

participação em projetos. O CMEI Professora Rosiane Pinheiro Norato adota e acredita na importância deste elo, visando o educando e suas famílias. Apropria de estratégias e da comunicação transparente e verdadeira com a comunidade e familiares.

Uma das estratégias é a entrevista com o responsável pela criança para que a escola conheça mais sua família. Nela é fornecido o conhecimento do contexto de vida da criança, suas atividades fora da escola, sua situação sócioeconômica, sua religiosidade, seu grau de instrução, etc.

Outra estratégia importante é levar os familiares para dentro da instituição para participarem das reuniões juntamente com a equipe escolar, onde a proposta pedagógica, a filosofia da escola, os objetivos e finalidades são apresentadas e discutidas. Os pais não podem ser meros expectadores nestas reuniões. Eles também têm o direito de dar opiniões, criticar, refletir sobre o que as crianças fazem e estudam dentro do CMEI, qual papel do profissional na construção do conhecimento e na formação da criança.

Entendemos que a responsabilidade pela educação da criança é da família, da comunidade e do poder público e por isso procuramos manter um contato diário com os pais que deixam suas crianças no CMEI, além de promovermos reuniões em cada turma e realizarmos alguns eventos para a interação dos pais com o CMEI (dia da família, festa junina, dia das crianças...) durante o ano, em que os pais têm a oportunidade de participar, interagir e acompanhar o trabalho desenvolvido por nós.

Todavia, compreendemos a importância da ligação, promoção do elo família - escola/CMEI, e no que isso implica na vida dos educandos, assegurando-lhes o bem estar, segurança, um espaço de diálogo, participação, acolhimento, envolvimento e um ambiente democrático onde todos os lados tanto CMEI, família, comunidade e principalmente o educando tem se beneficiado.

2.3.5 Articulação entre diretora, o pedagogo e demais profissionais

A articulação entre o diretor, o pedagogo e os demais funcionários é crucial para o bom funcionamento e a eficácia de uma instituição de ensino. Essa coordenação deve ser bem planejada e estruturada para garantir que todos os aspectos da escola, desde o pedagógico até o administrativo, estejam alinhados e funcionando de maneira coesa. Aqui estão algumas práticas e estratégias para promover uma articulação eficaz entre esses profissionais:

2.3.5.1 Definição Clara de Papéis e Responsabilidades

- **Diretor:** Responsável pela administração geral da escola, liderança estratégica e tomada de decisões.

- **Pedagogo:** Foca na coordenação e apoio ao processo pedagógico, desenvolvimento de currículos e formação de professores/pais.

- **Funcionários:** Incluem professores, auxiliares administrativos, pessoal de apoio, cada um tem responsabilidades específicas relacionadas às suas funções.

2.3.5.2 Comunicação Aberta e Contínua

- **Reuniões Regulares:** Agendar reuniões periódicas entre o diretor, o pedagogo e os demais funcionários para discutir questões relevantes, planejar atividades e resolver problemas. Estas reuniões podem ser semanais, quinzenais ou mensais, conforme a necessidade.

- **Canal de Comunicação:** Estabelecer canais de comunicação claros e eficazes, como e-mails, grupos de WhatsApp ou plataformas de gestão escolar, para facilitar a troca de informações e o acompanhamento das atividades.

2.3.5.3 Planejamento e coordenação contínua

- **Plano Pedagógico:** O diretor e o pedagogo devem colaborar na elaboração e revisão do plano pedagógico da escola, garantindo que as diretrizes educacionais estejam alinhadas com as necessidades da comunidade escolar e os objetivos da instituição.

- **Projetos e Eventos:** Coordenar a implementação de projetos e eventos escolares, assegurando que todos os funcionários estejam informados e envolvidos conforme suas funções.

2.3.5.4 Formação e desenvolvimento

- **Capacitação:** Promover treinamentos e formações regulares para todos os funcionários, liderados pelo diretor e pedagogo, sobre temas pedagógicos, administrativos e de desenvolvimento profissional.

- **Acompanhamento:** Realizar avaliações de desempenho e oferecer feedback construtivo, tanto para a equipe pedagógica quanto para o restante do pessoal, promovendo o crescimento contínuo e a melhoria das práticas.

- **Aplicações de práticas:** Fazer acompanhamento com órgãos responsáveis pela saúde do professor, dando subsídios para que possam procurar recursos e ajudas necessárias.

2.3.5.5 Resolução de conflitos

• **Mediação:** O diretor e o pedagogo devem atuar como mediadores em situações de conflito entre funcionários, promovendo uma abordagem justa e equilibrada para resolver desentendimentos.

• **Procedimentos:** Estabelecer procedimentos claros para a resolução de conflitos e agestão de queixas, assegurando que todos os funcionários conheçam e entendam esses procedimentos, de forma igualitária e sem discriminação.

2.3.5.6 Colaboração e trabalho em equipe

• **Projetos Interdisciplinários:** Incentivar a colaboração entre educadores de diferentes CMEIs para desenvolver projetos interdisciplinares que integrem diversas áreas do conhecimento.

• **Grupos de Trabalho:** Formar grupos de estudos, para lidar com questões específicas, como melhoria do ambiente escolar, desenvolvimento de novos programas ou iniciativas especiais.

2.3.5.7 Avaliação e Feedback

• **Avaliação de Processos:** Realizar avaliações regulares dos processos pedagógicos e administrativos, envolvendo o pedagogo e os funcionários na análise dos resultados e na identificação de áreas para melhoria.

• **Feedback :**Estimular a troca de feedback entre o diretor, o pedagogo e os demais funcionários, permitindo que todos os membros da equipe contribuam para a melhoria contínua da escola.

2.3.5.8 Promoção de um ambiente acolhedor e disciplinador

• **Clima Escolar:** Trabalhar para criar um ambiente de trabalho positivo ecolaborativo, promovendo o respeito mútuo, o reconhecimento das conquistas e o apoio entre os membros da equipe.

• **Eventos Sociais:** Organizar eventos sociais e de confraternização para fortalecer o vínculo entre os membros da equipe e melhorar o clima escolar.

• **Acolhimento:** resolver os conflitos de forma igualitária, não promovendo a desigualdade e mantendo sempre o acolhimento e a conversa como fonte de união do grupo.

2.3.6.9 Práticas educativas

• **Reuniões de Planejamento:** Reuniões mensais/diárias entre o diretor e o pedagogo para revisar o progresso das metas pedagógicas e discutir estratégias para alcançar os objetivos da escola.

• **Equipe de Projeto:** Formação de uma equipe de projeto composta por membros dos docentes e da equipe pedagógica para desenvolver e implementar um novo programa educacional.

• **Dia de Formação:** Realização “formações”, onde todos os funcionários participam de workshops e treinamentos sobre novas metodologias de ensino e gestão escolar e Prática Pedagógicas e saúde do Professor.

• **Painel de Feedback:** Implementação de um painel de feedback onde todos os funcionários podem registrar suas sugestões e preocupações, que são então discutidas e abordadas nas reuniões regulares.

Uma articulação eficaz entre o diretor, o pedagogo e os demais funcionários contribui para um ambiente escolar harmonioso e produtivo, onde todos os membros da equipe trabalham em conjunto para alcançar os objetivos educacionais e administrativos da instituição.

2.3.6 Registros Oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional

Os registros oficiais de ocorrências pedagógicas e interpessoais no ambiente educacional são ferramentas fundamentais para a gestão escolar eficaz, pois ajudam a garantir a organização, a transparência e a resolução adequada de situações que impactam o ambiente escolar. Esses registros são importantes para monitorar o progresso dos alunos, gerenciar conflitos e promover um ambiente educacional positivo e seguro. Aqui está um guia sobre como implementar e utilizar esses registros de maneira eficaz:

2.3.6.1 Registros de Ocorrências Pedagógicas

Objetivo: Documentar e monitorar eventos e situações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e ao desempenho dos alunos.

Tipos de Registros

- Relatórios de Desempenho:

Descrição: Documentos que descrevem o progresso acadêmico dos alunos, suas conquistas, áreas de dificuldade e estratégias de intervenção, formação de diário de bordo.

Utilização: Ajudam a identificar necessidades individuais de apoio e a planejar estratégias de ensino personalizadas.

- **Registros de Avaliação**

Descrição: Anotações sobre avaliações formais e informais, como testes, trabalhos e observações diárias.

Utilização: Permitem o acompanhamento contínuo do desempenho dos alunos e a revisão dos métodos pedagógicos utilizados.

- **Planos de Intervenção:**

Descrição: Documentos que detalham as estratégias e ações para apoiar alunos com dificuldades específicas.

Utilização: Orientam o trabalho dos educadores e a colaboração com especialistas, garantindo que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma adequada.

- **Relatórios de Atendimento Individualizado:**

Descrição: Registros das sessões de apoio individualizado, incluindo objetivos, atividades realizadas e progressos observados.

Utilização: Facilita a comunicação entre professores e pais e ajusta as estratégias de apoio conforme necessário.

Criar PEI, para as especificidades das crianças com necessidades especiais.

- **Boas Práticas para Registro:**

Consistência e Clareza: Garantir que os registros sejam claros, objetivos e preenchidos de forma consistente.

Confidencialidade: Manter a privacidade dos dados dos alunos e acessibilidade restrita aos responsáveis pela gestão e apoio pedagógico.

- **Registros de Ocorrências Interpessoais**

Objetivo: Documentar e gerenciar situações de interação entre indivíduos no ambiente escolar que possam impactar o clima e a convivência escolar.

- **Tipos de Registros:**

- **Relatórios de Conflitos:**

Descrição: Documentação detalhada de incidentes de conflito entre alunos, entre funcionários ou entre alunos e funcionários.

Utilização: Permitem a análise e a resolução de conflitos, além de servir como base para medidas corretivas e preventivas.

- **Registros de Comportamento**

Descrição: Anotações sobre comportamentos inadequados ou disruptivos e as ações tomadas para abordá-los.

Utilização: Ajudam na identificação de padrões de comportamento e na implementação de estratégias para melhorar o ambiente escolar.

- **Relatórios de Incidentes de Bullying:**

Descrição: Documentação de incidentes de bullying, incluindo as partes envolvidas, a natureza do bullying e as medidas adotadas.

Utilização: Facilitam a intervenção eficaz e a criação de um ambiente seguro e acolhedor para todos os alunos.

- **Registros de Reuniões de Mediação:**

Descrição: Anotações das reuniões de mediação entre as partes envolvidas em um conflito ou problema interpessoal.

Utilização: Ajudam a registrar os acordos alcançados e as ações a serem tomadas para resolver a situação.

- **Boas Práticas para Registro:**

Objetividade e Imparcialidade: Documentar os fatos de maneira imparcial e objetiva, evitando julgamentos ou suposições.

Ação e Follow-up: Registrar não apenas o incidente, mas também as ações tomadas e o acompanhamento subsequente para garantir a resolução adequada do problema.

- **Procedimentos Gerais para Registro**
- **Padrões de Registro:** Desenvolver e adotar formatos e procedimentos padronizados para a documentação de ocorrências pedagógicas e interpessoais, assegurando uniformidade e clareza.
- **Aperfeiçoamento:** Oferecer treinamento para todos os membros da equipe sobre a importância da documentação e legislação, as melhores práticas e a utilização dos registros para melhorar a gestão escolar.
- **Avaliação:** Revisar regularmente os registros para identificar tendências, avaliar a eficácia das intervenções e ajustar as práticas pedagógicas e de gestão conforme necessário.
- **Comunicação e Feedback:** Garantir que os registros sejam utilizados para comunicação eficaz com pais, alunos e demais funcionários, oferecendo feedback construtivo e orientações para a melhoria contínua.
- **Legalidade:** Assegurar que todos os registros estejam em conformidade com as leis e regulamentações sobre privacidade e proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil.

Implementar e manter registros eficazes de ocorrências pedagógicas e interpessoais contribui para um ambiente educacional mais organizado e produtivo, promovendo um processo de ensino-aprendizagem mais eficiente e um clima escolar mais harmonioso.

2.3.7 Articulação entre a unidade educacional e a mantenedora.

Garantir o bom funcionamento e a eficácia de uma instituição de ensino. A mantenedora é responsável por fornecer suporte administrativo, financeiro e estratégico à unidade educacional, enquanto a unidade educacional lida com a implementação prática da educação e o atendimento às necessidades dos alunos. Aqui estão algumas práticas e estratégias para promover uma articulação eficaz entre a unidade educacional e a mantenedora:

- **Atribuições e Responsabilidades**
- **Unidade Educacional:**

Responsabilidades: Implementação do currículo, gestão diária da escola, atendimento aos alunos e comunicação com pais e comunidade.

Objetivos: Garantir a qualidade educacional, criar um ambiente de aprendizado positivo e resolver questões pedagógicas e administrativas no nível local.

- **Mantenedora:**

Responsabilidades: Fornecimento de recursos financeiros, suporte administrativo e estratégico, e desenvolvimento de políticas institucionais.

Objetivos: Garantir a sustentabilidade financeira da instituição, desenvolver e implementar políticas educativas e administrativas e oferecer suporte à unidade educacional.

- **Comunicação Regular e Transparente**

Reuniões Periódicas:

Descrição: Realizar reuniões regulares entre representantes da unidade educacional e da mantenedora para discutir questões relevantes, progresso e desafios.

Objetivo: Manter todos os envolvidos informados e alinhados quanto às metas, expectativas e necessidades da instituição.

- **Relatórios e Atualizações:**

Descrição: Produzir e compartilhar relatórios sobre o desempenho da unidade educacional, uso de recursos, e progresso em relação às metas estabelecidas.

Objetivo: Garantir transparência e fornecer dados que auxiliem na tomada de decisões pela mantenedora.

- **Planejamento Estratégico**

Planejamento Anual:

Descrição: Desenvolver um planejamento estratégico conjunto que inclua metas e objetivos tanto para a unidade educacional como para SEMEDI.

Objetivo: Alinhar as ações da unidade educacional com os objetivos de longo prazo e as estratégias funcionais .

- **Orçamento e Recursos:**

Descrição: Elaborar e revisar o orçamento anual em colaboração, garantindo que os recursos financeiros sejam adequados e bem alocados para as necessidades da unidade educacional, junto com o Planejamento financeiro e prestação de contas

Objetivo: Assegurar a disponibilidade de recursos necessários para a implementação de projetos e o funcionamento adequado da escola.

- **Supporte e Desenvolvimento**

Treinamento e Capacitação:

Descrição: Oferecer programas de treinamento e desenvolvimento profissional para a equipe da unidade educacional, promovidos ou financiados pela mantenedora.

Objetivo: Garantir que os funcionários da unidade educacional tenham as habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar suas funções de maneira eficaz.

- **Infraestrutura e Recursos:**

Descrição: Prover suporte para melhorias na infraestrutura, aquisição de equipamentos e materiais necessários para a unidade educacional.

Objetivo: Criar um ambiente de aprendizado adequado e atualizado para os alunos e funcionários.

- **Avaliação e Monitoramento**

Avaliações Regulares:

Descrição: Realizar avaliações regulares da unidade educacional, incluindo auditorias de desempenho e revisões de processos.

Objetivo: Identificar áreas para melhoria e assegurar que as operações estejam alinhadas com as políticas e padrões estabelecidos pela mantenedora.

- **Feedback e Ajustes:**

Descrição: Coletar feedback da unidade educacional sobre o suporte recebido e ajustar as políticas e práticas conforme necessário.

Objetivo: Melhorar continuamente a eficácia da articulação e o suporte oferecido pela mantenedora.

- **Resolução de Problemas e Conflitos**

Procedimentos de Resolução:

Descrição: Estabelecer procedimentos claros para a resolução de problemas e conflitos que possam surgir entre a unidade educacional e a mantenedora.

Objetivo: Resolver questões de maneira eficiente e justa, garantindo que a instituição continue a operar de forma harmoniosa.

- **Mediação e Suporte:**

Descrição: Oferecer suporte e mediação em situações de conflito para encontrar soluções que atendam às necessidades de ambas as partes.

Objetivo: Manter um relacionamento positivo e colaborativo entre a unidade educacional e a mantenedora.

- **Parcerias e Projetos Especiais**

Iniciativas Conjuntas:

Descrição: Desenvolver e apoiar projetos especiais e iniciativas que beneficiem a unidade educacional, como programas de extensão, parcerias comunitárias e eventos escolares.

Objetivo: Enriquecer a experiência educacional e promover a integração da escola com a comunidade.

- **Inovação e Melhoria:**

Descrição: Incentivar a inovação na prática educacional e na gestão, apoiando projetos que busquem melhorar a qualidade do ensino e a gestão da unidade educacional.

Objetivo: Promover a evolução contínua da instituição e a adaptação às novas demandas educacionais e sociais.

- **Exemplos de Boas Práticas**

Reuniões de Planejamento Estratégico: Reuniões trimestrais entre a unidade educacional e a SEMEDI para revisar metas e planejar ações para o próximo ano.

Relatórios de Desempenho: Relatórios trimestrais enviados à secretaria de Educação, detalhando o progresso da unidade educacional, desafios enfrentados e recursos utilizados.

Direcionamento: Formações e cursos oferecidos pela secretaria de educação para capacitar a equipe da unidade educacional em novas metodologias e práticas pedagógicas.

Supporte à Infraestrutura: Projeto conjunto para reformar e atualizar as instalações da unidade educacional, com a mantenedora fornecendo recursos financeiros e logísticos.

2.3.8 Articulação entre os profissionais da educação e crianças.

A articulação entre os profissionais da educação e a criança é essencial para criar um ambiente de aprendizado positivo e eficaz na Educação Infantil. Essa relação é fundamental para o desenvolvimento integral da criança e para a promoção de um ambiente educacional seguro e estimulante. Aqui estão algumas estratégias e práticas para garantir uma articulação eficaz entre os profissionais da educação e as crianças:

- **Conhecimento da Criança**

Objetivo: Entender as necessidades, interesses e características individuais de cada criança para oferecer um ensino mais personalizado e eficaz e estruturado.

- **Práticas:**

Observação e Avaliação: Realizar observações contínuas para compreender o desenvolvimento, os interesses e as necessidades individuais das crianças.

Utilizar ferramentas de avaliação para monitorar o progresso e ajustar as práticas pedagógicas conforme necessário.

- **Analise cultural:** Conhecer o contexto familiar e a história de vida das crianças para oferecer suporte que considere suas experiências e realidades pessoais.

- **Planejamento Pedagógico Personalizado**

Objetivo: Desenvolver atividades e práticas pedagógicas que atendam às necessidades e interesses das crianças, promovendo um aprendizado mais significativo.

- **Práticas:**

Prática Educacionais: Criar um planejamento que possa ser adaptado para atender às diversas necessidades e estilos de aprendizagem das crianças.

Incorporar temas e atividades que sejam relevantes e interessantes para os alunos.

- **Atividades Diversificadas:** Planejar atividades variadas que incluem jogos, artes, música e experiências práticas, permitindo que as crianças explorem e aprendam de diferentes maneiras.

- **Relação Positiva e de aprendizagem**

Objetivo: Estabelecer uma relação de confiança e respeito entre os profissionais da educação e as crianças, promovendo um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor.

- **Práticas:**

- **Comunicação Aberta:** Manter uma comunicação aberta e respeitosa com as crianças, ouvindo suas opiniões e incentivando a expressão de sentimentos e pensamentos.
- **Ambiente Acolhedor:** Criar um ambiente físico e emocionalmente acolhedor, que faça as crianças se sentirem seguras e valorizadas.
- **Empatia e Respeito:** Demonstrar empatia e respeito pelas necessidades e sentimentos das crianças, tratando cada uma de forma individual e positiva.

- **Envolvimento das Crianças nas Decisões**

Objetivo: Permitir que as crianças participem das decisões que afetam seu aprendizado e ambiente escolar, promovendo um senso de autonomia e responsabilidade.

- **Práticas:**

- **Participação em Atividades:** Envolver as crianças na escolha de atividades e temas de aprendizado, sempre que possível, para aumentar seu engajamento e motivação.
- **Feedback e Sugestões:** Pedir feedback das crianças sobre as atividades e o ambiente escolar, utilizando suas sugestões para melhorar as práticas pedagógicas.

- **Desenvolvimento Socioemocional**

Objetivo: Apoiar o desenvolvimento emocional e social das crianças, ajudando-as a construir habilidades de relacionamento e autoconhecimento.

- **Práticas:**
- **Apoio Emocional:** Oferecer suporte emocional às crianças, ajudando-as a lidar com sentimentos e situações difíceis.
- **Habilidades Sociais:** Promover atividades que incentivem a colaboração, a comunicação e a resolução de conflitos entre as crianças.

- **Colaboração com a Família**

Objetivo: Estabelecer uma parceria com as famílias para apoiar o desenvolvimento das crianças e garantir uma abordagem coesa entre a escola e o ambiente familiar.

- **Práticas:**
- **Reuniões e Comunicações:** Realizar reuniões regulares com os pais para discutir o progresso das crianças e identificar áreas de necessidade.
- **Envolvimento Familiar:** Incentivar a participação das famílias em atividades escolares e eventos, promovendo uma colaboração ativa entre a escola e o lar.

- **Formação e Atualização dos Profissionais**

Objetivo: Garantir que os profissionais da educação estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas e estratégias de apoio às crianças.

- **Práticas:**
- **Capacitação Contínua:** Participar de cursos e treinamentos sobre desenvolvimento infantil, metodologias pedagógicas e estratégias de apoio à criança.
- **Troca de Experiências:** Promover a troca de experiências e práticas entre os profissionais da educação para enriquecer as abordagens pedagógicas.

- **Avaliação e Ajuste das Práticas**

Objetivo: Avaliar continuamente a eficácia das práticas pedagógicas e fazer ajustes para melhor atender às necessidades das crianças.

- **Práticas:**

Reflexão e Ajustes: Refletir regularmente sobre as práticas pedagógicas e fazer ajustes com base nas observações e feedback das crianças e das famílias.

Monitoramento do Progresso: Monitorar o progresso das crianças em relação aos objetivos de aprendizado e ajustar as estratégias conforme necessário para atender às suas necessidades.

- **Exemplos de Boas Práticas**

1 Diário de Observação: Utilização de um diário de bordo para registrar observações diárias sobre o comportamento, interesses e progresso das crianças, facilitando o planejamento de atividades personalizadas.

2 Círculos de Conversa: Realização de círculos de conversa onde as crianças podem expressar seus sentimentos, compartilhar experiências e discutir questões importantes para elas.

3 Atividades de Autonomia: Implementação de atividades que permitem às crianças tomar decisões e liderar, como projetos em grupo e escolha de temas para atividades.

4 Eventos de Envolvimento Familiar: Organização de eventos, como tardes de pais e filhos, para promover a interação entre a escola e as famílias e fortalecer a colaboração. Uma articulação eficaz entre os profissionais da educação e as crianças contribui para um ambiente de aprendizado enriquecedor e adaptado às necessidades dos alunos, promovendo seu desenvolvimento integral e seu bem-estar.

5 Observação reflexiva: Através do olhar da criança, ver a perspectiva de vida, o aprendizado que ela pode reproduzir através da vivencia dela e transmitir conhecimento, para o ambiente e para vida.

2.3.9 Plano de conscientização e prevenção a qualquer tipo de violência a criança, ao bullyng e cyberbullyng, de acordo com a Lei 14.811/2024 que altera artigos do ECA

A violência tem se agravado de diversas formas nos dias de hoje, nos deparamos com diversas evidencias umas sutis outras mais graves, essas violências não é somente episódios com armas, mas também agressões físicas e casos de abuso, existem as violências simbólicas que é o caso do bullying e cyberbullying, os episódios de racismo entre outros. Sabemos que a função da escola/cmei não é só se preocupar com o aprendizado, vai muito além, a criança é prepara para o convívio social, preocupados com

essa situação o cmei trabalha o resgate e a conscientização dos valores éticos, morais e familiares de modo que a criança possa entender que deve tratar o outro com respeito, empatia ao próximo, prevalecendo honestidade, responsabilidade, tolerância e humildade. O cmei conscientiza as crianças desde cedo sobre seus direitos e deveres e que toda ação seja ela positiva ou saibam que tem uma consequência.

Foi sancionada a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024 que institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e promove alterações importantes no Código Penal, na Lei dos Crimes Hediondos e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.4 CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

2.4.1 Fundamentação teórica

Os conteúdos a serem desenvolvidos no CMEI fazem parte de um planejamento, pois este possibilita uma visão ampla do processo ensino/ aprendizagem. Preocupações com o desenvolvimento individual, sua inserção no convívio coletivo, a percepção que a criança deve ter de si mesma e dela como indivíduo em um grupo, o respeito aos seus hábitos alimentares, costumes, brincadeiras, a formação de um indivíduo que pensa, experimenta e constrói conceitos permeia o trabalho dos profissionais da educação do centro.

Vale ressaltar que, sendo o planejamento flexível, o nosso cotidiano provoca uma aproximação bastante interessante entre as partes, o que favorece situações nas quais as crianças trazem temas que as intrigam e há que se dizer que muitos assuntos abordados pelas crianças, mesmo que não tenham sido contemplados no planejamento serão inseridos nas atividades. Nossos planejamentos são elaborados através do Currículo Municipal de Educação Infantil, fornecido pela SEMEDI.

Diversas estratégias são utilizadas pelos professores/educadores para que as experiências sejam apropriadas pelas crianças. A utilização de jogos pedagógicos, a contação de histórias, as cantigas de roda, os filmes, as pinturas, as atividades com massinha de modelar, giz de cera, reprodução artística, rasgadura, colagem, dramatização, brincadeiras tradicionais, pesquisa em revistas, fantoches, dedoches, varais temáticos, painéis, maquetes, roda da conversa, material reciclável, parque...

Essas Experiências de Aprendizagem proporcionam a estas, a possibilidade de se desenvolverem plenamente e se perceberem num processo de construção de indivíduo.

O Planejamento é a principal ferramenta de trabalho do educador. É o fio condutor da ação educativa. As concepções do planejamento são funcionalistas e dialéticas. A concepção funcionalista é a tradicional no ensino, sendo um instrumento de poder. A concepção dialética tem no planejamento a práxis que surge da realidade. Nele são congregados aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. Ao mesmo tempo consolida tarefas e saberes críticos, criativos, reflexivos, transformadores. Conceituando planejamento de acordo com Sacristán: “Planejar é dar tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, esquematizando os elementos mais importantes numa sequência de atividades”.

A LDBEN nº. 9394/96 prevê dimensões de planos para a área educacional que se repartem conforme sua abrangência, em: Plano Político Pedagógico, Plano de Ensino, Plano de aula.

O planejamento da Educação Infantil está como centro do processo educativo e tem como propósito desenvolver estratégias para a criação, o pensamento e a problematização do mundo, sendo a criança o foco principal do processo e dos objetivos

O Plano Político pedagógico diz respeito aos pressupostos filosóficos, sociológicos e políticos que norteiam a instituição. Deve ser construído coletivamente, envolvendo todos do universo educativo: diretores, especialistas, educadores, crianças e pais. Deve estimular o processo de autoconhecimento da realidade escolar, possibilitando o envolvimento de toda a comunidade na definição do Projeto Político Pedagógico – PPP e no Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE. O Plano Político pedagógico se caracteriza como trabalho coletivo, isto é, trabalho com e não trabalho para os envolvidos no processo educativo. O enfrentamento de saberes e práticas de todos os componentes do grupo acaba dando margem à instauração de um sistema de trocas que resulta na essência desse projeto e no seu caráter crítico-pedagógico.

No Planejamento de Ensino temos alguns elementos essenciais: conhecimento da realidade; dados de identificação; ementa; finalidade; conteúdos (o quê?), factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais; metodologia (como?); atividades discentes; cronograma; recursos (quais?); avaliação (para verificar se os objetivos estão sendo alcançados); bibliografia.

2.4.2 Plano de Ação da Diretora

Justificativa

Ao pensarmos em desenvolvimento integral da criança, tornando-a centro de sua aprendizagem, aquela que é dotada de conhecimento, de vivência de mundo e história de vida, nos faz refletir sobre a ruptura do processo de aprendizado tradicional, uma vez que era compreendido o professor como o centro do conhecimento e quem está abaixo disso, cabendo-lhe a pouco ou nenhum domínio e poder de conhecimento. Seja professor, mestres em educação, ou qualquer outra figura de autoridade, tinham autonomia máxima, poder de decisão suprema e única. Deste modo, a pedagogia tradicional também se portava, Freire (2011) relata da pedagogia do oprimido, onde o livro cita sobre o opressor, aquele que detém o conhecimento e determina o poder e as decisões, e o oprimido, aquele que sofre com as consequências das escolhas para os menos favorecidos de uma classe social. Tendo o conhecimento que para haver mudança social, este processo precisa acontecer no âmbito escolar e desde crianças bem pequenas, na Educação Infantil, desta forma o ambiente educacional precisa ser em sua essência este defensor e que coloca em prática a valorização dos saberes, da cultura, do diálogo, da valorização da infância e suas riquezas, da vivência de mundo da comunidade ao qual está situada, que no nosso caso é o bairro Emboguaçu.

Desta maneira, o espaço escolar, os Centros Municipais de Educação Infantil, desde a gestão, tem a missão de ser praticante da escuta ativa da comunidade, família, crianças, educadores, colaboradores, a fim de promover o exercício da gestão democrática. E se tratar de gestão democrática parece ser uma utopia, conforme Paro (2017) descreve os desafios da gestão democrática, ouvir a todos não sendo de forma pacífica e sim ativa no direito do exercício da democracia, onde muitos gestores acabam se submetendo a maneira mais viável e facilitada na resolução de conflitos cotidianos da escola. Ele retala em seu livro uma possível solução, onde parte para o conhecimento da realidade. Visto que os problemas existem e para superá-los é necessário conhecê-los de forma realista.

Deste modo, um dia após o outro em busca de conhecimento real das necessidades da comunidade, a busca de ouvi-los, fazer e refazer estratégias condizentes a estes problemas reais, busca-se uma educação pública de qualidade para todos. Acreditar que a mudança acontece aos poucos, de forma gradual, construtiva e coletiva, mudança de hábitos, transformações de realidades, acreditar na potência da comunidade do bairro Emboguaçú e adjacências a fim de serem transformadores de seus espaços, realidades, histórias de vida. Freire (2011) aborda a questão do diálogo, que sem a fé nos homens o diálogo é uma mentira. Acreditando

nesta perspectiva, o respeito e o diálogo são ferramentas fundamentais para se acreditar nesta comunidade, por isso promover estas ações desde a acessibilidade à gestão, promover espaços, encontros para ouvi-los, solucionar problemas pontuais em relação a clientela atendida, ouvir aos educadores e colaboradores a fim de tornar um ambiente saudável, transparente, sem medo de críticas a fim de torná-las construtivas, um ambiente acolhedor que resulta na confiança e em prol na excelência do desenvolvimento de ensino aprendizagem das crianças a fim de que desde bem pequenas sendo o protagonista de seu aprendizado para o exercício da autonomia, participação ativa da sociedade com pensamentos críticos e reflexivos.

A gestão escolar ao quebrar o paradigma de decisão absoluta em questões do âmbito educacional, pedagógico, administrativo com o incentivo e convite à sociedade adentrar ao ambiente escolar, a promover aos órgãos colegiados a participação, a tomada de decisões importantes a seus direitos de usufruir de uma educação pública de qualidade, assegurando os direitos de aprendizagem infantil vai em contramão a toda tradicionalidade, sendo uma estrada a ser percorrida, com caminhos contínuos, passo a passo, de maneira gradual. Segundo o autor do livro Gestão democrática nas perspectivas de Paulo Freire e Tsunesaburo Makiguchi: narrativas autobiográficas, “uma gestão democrática, em Paulo Freire, implica resistir, aprender a discutir, debater, problematizar para transformar a realidade” (SILVA 2022, p.41).

Todavia percorrer esta trajetória, a passos de construtividade, colaboração, coletividade, escuta ativa a fim de propor uma educação pública de qualidade enaltecedo o protagonismo infantil é acreditar no início de uma gestão democrática que começa pela transformação em ser gestor escolar.

Identificação da Unidade Escolar

O Centro Municipal de Educação Infantil, Professora Rosiane Pinheiro Norato, foi construído com a parceria do Plano de Ação Social do projeto Puma da empresa Klabin que se instaurou na cidade de Paranaguá, o CMEI foi inaugurado no dia 20 de dezembro de 2016, com o objetivo de atender aos filhos de funcionários da empresa e atender a comunidade que não tinha nenhum centro educacional no bairro, instalado na Rua Ford, no Bairro Emboguaçú, no município de Paranaguá, as margens da Avenida Ayrton Senna.

Atualmente atende em torno de 112 crianças com faixa etária de 04 meses a 04 anos e 11 meses, contemplando as turmas de infantil 1 a infantil 4, conta também com duas turmas integrais, sendo infantil 1 e Infantil 2, e 6 turmas parciais, do infantil 2 até o infantil 4. O horário de atendimento às turmas integrais é das 07h30 às 17h, e turmas parciais, das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30. Contamos com uma equipe de trabalho dinâmica, acolhedora, participativa, inovadora, focada no bem estar e desenvolvimento íntegro infantil.

Organização da Unidade Escolar

O CMEI Rosiane Pinheiro Norato atualmente está organizado da seguinte forma: 1 Secretaria/Direção; 1 Sala de planejamento pedagógico; 1 Banheiro adaptado; 1 Banheiro social (Funcionários); 1 Cozinha; 1 Dispensa; 1 Lavanderia; 4 banheiros infantis; 5 Salas; 1 Lactário; 1 Refeitório; 1 Parque externo sem cobertura.

COMPETÊNCIAS GERAIS DO DIRETOR ESCOLAR

1 Coordenar a organização escolar nas dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira, e pessoal e relacional

Problema: A falta de previsibilidade quanto ao planejamento das ações para os educadores, colaboradores compromete significativamente o desenvolvimento de projetos, gerando competição, produções exacerbadas, uso de recursos demasiados, tirando o foco do protagonismo infantil.

Ações: Propor um ambiente colaborativo e coletivo tanto em ações, ideias, utilização de materiais, recursos, espaços, a fim de propor a previsibilidade e transparência quanto aos objetivos, projetos pedagógicos, resultando no bem estar de todos e excelência no processo de ensino aprendizagem

Cenário atual: Pela falta planejamento prévio onde gerava ansiedade, transtornos, aglomero, disputa por recursos e materiais a fim de cada um garantir o melhor para sua proposta pedagógica

Cenário pretendido: Com a realização de planejamento anual, com metas bem esclarecidas, objetivos definidos a fim de enaltecer o protagonismo da criança e excelência nos processo de ensino aprendizagem.

Prazo: No decorrer dos anos letivos, juntamente com o ajuste do Projeto Político Pedagógico anual.

2. Configurar a cultura organizacional com a equipe

Problema: Não desenvolver objetivos claros e específicos que tornem a missão de toda a equipe, a falta de exercício da gestão democrática. Com escuta ativa, a participação do conselho escolar, ouvir os interesses da comunidade.

Ações: Definição de uma cultura organizacional para que haja padrão e excelência no ensino com base na BNCC para a criação de uma linguagem única favorecendo assim a autonomia da criança, a previsibilidade, a organização dos espaços, rotinas do CMEI e mesmo assim possibilitando flexibilidade para a escuta ativa da crianças. Proporcionar um ambiente seguro, afetuoso e acolhedor às crianças, famílias e comunidade.

Cenário atual: Ausência de linguagem única, visualização de objetivos claros para que a equipe alcance o propósito maior.

Cenário pretendido: Alinhamento de toda a equipe para que sejam traçados objetivos claros a fim de proporcionar este ambiente favorável às crianças, família e comunidade, a fim de assegurar, os direitos de aprendizagem e educação pública de qualidade.

Prazo: Ações desenvolvidas no cotidiano que levarão a resultados durante o período de vigência do plano de ação.

3. Assegurar o cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis

Problema: Quebra de paradigmas e ruptura da pedagogia tradicional, a fim de garantir que o protagonismo infantil seja o meio condutor às práticas dos direitos de aprendizagem que assegura a BNCC na Educação Infantil. Tanto para educadores como para os demais colaboradores do CMEI.

Ações: Promover e assegurar que sejam cumpridas os documentos legais que regem a educação pelo incentivo a busca de conhecimento a fim de colocar em prática os direitos de aprendizagem da criança como centro do desenvolvimento de ensino para a formação de crianças reflexivas, críticas, participativa dentro da sociedade.

Cenário atual: A BNCC se faz presente nas práticas das propostas pedagógicas, por meio do currículo municipal, porém é necessário a ruptura e dar abertura ao novo pensamento em Educação Infantil.

Cenário pretendido: Incentivar a equipe pedagógica a buscar tendências de abordagens significativas para que haja novas metodologias a serem trabalhadas em sala de aula, asseguradas dos direitos de aprendizagem infantil, assim como a inclusão de todos os campos de experiências em sequências didáticas partindo da escuta ativa da criança, utilizando de recursos que possibilitem às crianças ao protagonismo infantil, explorar, descobrir, dar novo significado somado a sua bagagem de vivência de mundo, e os educadores passam a ser mediadores do conhecimento.

Prazo: Ações cotidianas que resultarão em todo o período de vigência do plano de ação.

4. Valorizar o desenvolvimento profissional de toda a equipe escolar

Problema: Relacionamentos interpessoais comprometidos devido a diversos fatores que acometem o bom funcionamento da organização e harmonia do CMEI.

Ações: Quando pensamos em valorização nos remete a condição de trabalho, formação, motivação, incentivo, ambiente de trabalho favorável, harmonioso deste modo com o fortalecimento do trabalho em equipe, da escuta, da participação e colaboração proporcionar um ambiente favorável, pontual resolução de conflito, foco em melhorias às condições de trabalho, incentivar, feedback construtivo.

Cenário atual: Há uma cultura onde expressar opiniões divergentes era considerado oponente, não havia espaço para o diálogo e chegar a um consenso, de um feedback construtivo incentivando a resolução de conflitos, da escuta coletiva, do trabalho coletivo.

Cenário pretendido: Resolução de conflitos por meio do diálogo, respeito, escuta ativa dos colaboradores, fortalecimento da gestão democrática, a fim de termos um ambiente saudável, harmonioso, com ideias para melhorias na condição de trabalho, ambiente com incentivo a pesquisa, conhecimento, novas possibilidades.

Prazo: Ações cotidianas que resultarão em todo o período de vigência do plano de ação

5. Coordenar a construção e implementação da proposta pedagógica da escola

Problema: Sem o estabelecimento de cronograma anual e a demanda do dia a dia, PPP acaba se tornando de responsabilidade do gestor e pedagogo para seu envolvimento e atualização.

Ações: O cumprimento das atualizações no tempo certo, promover o diálogo e debate sobre o PPP, tornar um instrumento de manuseio rotineiro para quaisquer eventualidades, a fim de fazer a comunidade ter conhecimento sobre a existência dele, construção coletiva.

Cenário atual: O documento não fica em local acessível, a comunidade não sabe do que se trata, a construção foi realizado um debate prévio e curto a respeito das metas e ações para o ano posterior.

Cenário pretendido: Cumprimento de prazos estabelecidos para a construção coletiva, participação ativa de todos os colaboradores, documento de fácil acesso, sempre utilizar em reuniões de pais, apmf, conselho escolar para diálogo.

Prazo: Ações cotidianas que resultarão em todo o período de vigência do plano de ação.

6. Realizar a gestão de pessoas e dos recursos materiais e financeiros

Problema: A praticidade e agilidade das tomadas de decisões serem cabidas somente ao gestor, mais transparência para TODOS com relação aos recursos. Falta de conhecimento dos problemas pontuais e envolvimento da comunidade.

Ações: Por meio de reuniões periódicas, agir de maneira transparente para com todos, comunidade, colaboradores, conselho escolar nas prestações de contas, estabelecer metas de materiais a serem comprados juntamente com os órgãos colegiados

Cenário atual: A falta de estímulo da comunidade ao envolvimento com questões administrativas/pedagógicas da instituição, prestação de contas visível, documentos à disposição da comunidade e de todos.

Cenário pretendido: Transparência e o exercício da gestão democrática com o envolvimento dos órgãos colegiados, diálogo, busca de soluções de problemas, estabelecimento de metas a serem cumpridas.

Prazo: Ações cotidianas que resultarão em todo o período de vigência do plano de ação

7. Buscar soluções inovadoras e criativas para aprimorar o funcionamento da escola.

Problema: Ausência de espaços significativos e brincantes para as crianças, ausência de materiais pedagógicos, propor mais segurança devido a localização do CMEI, revitalização externa e interna.

Ações: Ser pontual na resolução de problemas, não procrastinar a tomada de decisões, articular de maneira objetiva e clara. Visto que o CMEI necessita de espaços brincantes, reparações, construção de um pátio coberto, mais segurança, materiais que favoreçam o protagonismo infantil.

Cenário atual: O CMEI possui espaço bom, adequado, porém quando chove as crianças não tem onde brincar, pois não há cobertura, a oferta de brinquedos é pouca para atender a demanda do CMEI. Ausência de materiais para o cumprimento da proposta pedagógica. Cultura de pertencimento com a comunidade escolar para promocaoDe espaços coletivos, brincantes

Cenário pretendido: Com a colaboração e envolvimento de TODOS, pais, comunidade, educadores, promover uma cultura de participação aos interesses em comum que são as crianças, junto com os órgãos colegiados elaborar estratégias e ações para se tornar real a resolução de problemas de nossas necessidades desde espaços brincantes, até assegurar mais segurança a nossas crianças.

Prazo: Ações cotidianas que resultarão em todo o período de vigência do plano de ação.

8. Integrar a escola com outros contextos, incentivando a parceria com as famílias e a comunidade.

Problema: Com correria do dia a dia foi se perdendo o envolvimento das famílias com as questões escolares, foi observando cada vez menos o envolvimento da comunidade, seja na participação do desenvolvimento infantil, no envolvimento dos órgãos colegiados, das ações amigos da escola, do cuidar de um espaço coletivo, da comunidade.

Ações: Estabelecer a cultura de envolver a comunidade em decisões que durem respeito ao CMEI, chamar a comunidade para dentro e conhecer as necessidades e problemas, fortalecer a parceria entre família e escola, juntamente com o acompanhamento dos pais no desenvolvimento, no ensino das crianças, enfatizar a importância da parceria comunidade, família e escola.

Cenário atual: Pouco envolvimento das famílias, comunidade em questões relacionadas ao CMEI, participação e envolvimento no desenvolvimento escolar das crianças, pouco envolvimento com os órgãos colegiados.

Cenário pretendido: Resgatar as famílias e comunidade ao ambiente escolar, envolver em situações do cotidiano, promover reuniões de participação ativa com a comunidade, estreitar o diálogo por meio dos interesses comuns, oferecendo um café periódico com a comunidade. Participação ativa dos órgãos colegiados, comunicação respeitosa entre professores e pais.

Prazo: Ações cotidianas que resultarão em todo o período de vigência do plano de ação.

9. Exercitar a empatia, o diálogo e a mediação de conflitos e a cooperação

Problema: Com as grandes demandas do ambiente escolar, o estresse do cotidiano, a correria estamos fadados a reclamação, a ter uma visão imediatista para que seja atendido apenas o que achamos ser nosso “direito”.

Ações: Com as situações levantadas, buscar ter uma visão coerente, sensata, com bom senso, equilíbrio, reforçando sempre o diálogo o respeito e a empatia. Reforçar as atribuições do código de ética profissional e assim fazendo se estender a criança, famílias e comunidade.

Cenário atual: Um ambiente Individualista, competitivo, com educadores e colaboradores sobrecarregados, cansados, desmotivação, inseguros.

Cenário pretendido: Com a escuta, diálogo e valorização dos sentimentos, ideias, contentamento a e descontentamentos a fim de resolução dos apontamentos de maneira respeitosa, empática a fim de assegurar um ambiente afetuoso, que valorize a cultura local, o protagonismo infantil.

Prazo: Ações cotidianas que resultarão em todo o período de vigência do plano de ação.

10. Agir e incentivar pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas

Problema: Individualidade, disputa por espaço, rigidez ao novo, medos e insegurança fazem com que o indivíduo seja fechado para mudança onde muitas vezes são necessárias para o melhor funcionamento, amplia horizontes e percepções, evolução e aprendizado.

Ações: Por meio do RESPEITO, DIÁLOGO, empatia, colaboração e coletividade a fim de se tornar um ambiente harmonioso que transasse às famílias e comunidade escolar.

Cenário atual: Divisão de grupos, divisão de opiniões que não era proposto uma crítica construtiva, apontamentos negativos sem ser construtivo, cansaço da equipe, desmotivação de alguns, insegurança.

Cenário pretendido: Dar voz a todos de maneira igualitária a fim de resolução de problemas, sugestões de novas ideias, exercer a empatia acima de tudo com respeito em ações do cotidiano para que se torne um novo hábito, um ambiente favorável, aconchegante, acolhedor a se permanecer.

Prazo: Ações cotidianas que resultarão em todo o período de vigência do plano de ação.

Algumas Considerações:

Ao observamos o contexto de educação infantil, infância, gestão democrática, faz necessário a mudança de mente do gestor escolar, a fim de ser essa ponte para seus colaboradores e comunidade, resultando em um resgate em ser criança, no desenvolvimento infantil para que desde pequenos possam exercer autonomia, pensamento crítico e participativo de uma sociedade, como também a participação e pertencimento da sociedade ao espaço escolar. Essas ações são construtivas a passos curtos e cada um internaliza a medida do seu conhecimento e maturidade. Entretanto não se constrói uma educação que assegura os direitos de aprendizagem, uma escola com a voz de todos de maneira instantânea e sim um pouco a cada dia.

REFERÊNCIA

- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- SILVA, Edimicio Flaudisio. Gestão democrática nas perspectivas de Paulo Freire e Tsunesaburo Makiguchi: narrativas autobiográficas. Curitiba: Appris Editora, 2022. ISBN 978-65-250-2938-2.
- URÂNIA. 10 Competências do diretor escolar, 2021. Disponível em: <https://horario.com.br/blog/10-competencias-do-diretor-escolar/>. Acesso em: 03 set. 2025.

2.4.3 Plano de ação do pedagogo

Introdução:

O plano de ação elaborado para aplicar no CMEI Rosiane, em parceria com a comunidade escolar, visando ações que beneficiem o pleno desenvolvimento das crianças.

Objetivos:

Objetivo Geral

Coordenar, orientar as ações didático-pedagógicas do CMEI Rosiane, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria Municipal de Ensino Integral, contempladas e definidas no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar e também articular para maior participação e interação entre CMEI e família com vista a melhorar a frequência e o processo de ensino aprendizagem do educando em uma gestão igualitária, participativa e democrática.

Objetivo Específico:

- Aumentar a participação dos pais/família no desenvolvimento da criança.
- Entender a infância como condição da existência humana, e não apenas como uma etapa passageira do desenvolvimento;
- Promover ações que possam garantir a prática da gestão democrática; Melhorar e promover a qualificação de professores e demais colaboradores; Informar a comunidade sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Introduzir a Literatura como instrumento de desenvolvimento e aprendizagem, formando ideias coerentes e pensamentos críticos;

- Proporcionar contato com o material pedagógico, para que ela desenvolva naturalmente seu processo evolutivo;
- Resgatar nos brinquedos e brincadeiras antigas, uma nova forma de propiciar ao aluno na participação efetiva e nas ações a serem desenvolvidas;
- Melhorar o desenvolvimento cognitivo, psíquico físico e social das crianças; Zelar e contribuir pela plena saúde mental dos funcionários e crianças.

Nossa proposta inclusiva baseia-se em princípios de cooperação, autonomia intelectual e social, na aprendizagem ativa, cooperação, ética e cidadania;

Possibilitar durante todo o processo pedagógico, que surjam novas ações que contemplam o planejamento do CMEI.

Metas:

- Proporcionar o acesso dos professores aos Cursos de Formação continuada em Serviço, pela Secretaria Municipal de Educação e outros segmentos;
- Possibilitar à criança condições para o desenvolvimento de suas potencialidades, nos diferentes aspectos de sua potencialidade e na busca da sua auto realização;
- Otimizar a utilização dos recursos financeiros e o funcionamento físico da unidade escolar com a participação do órgão mantenedor, Prefeitura Municipal e a comunidade escolar; Mobilização e participação dos pais ou responsáveis no cotidiano escolar;

Através de reuniões, manter contato direto e transparente com a comunidade, construindo um relacionamento harmonioso de forma que os pais percebam a importância de sua participação para a concretização de um CMEI de qualidade;

Garantir o atendimento adequado e satisfatório aos servidores da unidade escolar.

Ações:

- Participarativamente na elaboração de condições para integrar a criança e os responsáveis neste momento de pandemia, junto com a equipe docente, para estabelecer rotina e dar alternativas para que o conhecimento aconteça de forma lúdica e prazerosa;
- Construir um mural em local de acesso a todos para anexos de cursos e oferecer esse acesso sempre que possível e necessário;

- Colocar no cronograma escolar sempre que possível e necessário, reuniões para discussão e/ou até mesmo para interagir com os pais e comunidade, para facilitar o acesso do mesmo nas instalações do CMEI, para que a família participe ativamente do processo ensino aprendizagem.

Cronograma de Atividades:

A Organização do Trabalho Pedagógico no Cotidiano do CMEI

Ação	Data/Período
(Re) Construção/implementação do Projeto Político Pedagógico do CMEI	Fevereiro e Março
Verificação quanto a listagem das turmas referente as matrículas efetuadas	Constantemente
Organização do trabalho pedagógico no coletivo do CMEI: Espaço e tempo escolar	Constantemente
Organização da prática pedagógica	Constantemente
Formação continuada dos profissionais da instituição	Trimestralmente
Relação entre CMEI e comunidade	Constantemente

(Re) Construção / Implementação do Projeto Político Pedagógico

Ação	Data/Período
Coordenar as adequações do Projeto Político-Pedagógico	Fevereiro e Março
Criar condições para a participação dos profissionais do CMEI e comunidade na (Re) construção do Projeto Político Pedagógico	Fevereiro e Março

Organização do trabalho pedagógico no coletivo do CMEI Organização do espaço e tempo escolar

Ação	Data/Período
Organizar e acompanhar o Planejamento coletivo	Constantemente

Planejar e organizar espaços e tempos da instituição	Constantemente
Orientar e verificar o controle de frequência diária com registros dos conteúdos e observações pertinentes	Constantemente
Organizar a hora atividade do professor para estudo, planejamento e reflexão do processo de ensino e aprendizagem	Fevereiro
Realizar o alinhamento entre as ações propostas pela SEMEDI e PPP da instituição	Fevereiro e Março

Organização da Prática Pedagógica

Ação	Data/Período
Programar a proposta curricular da instituição de acordo com as políticas educacionais da SEMEDI,	Constantemente
Planejar em conjunto com o coletivo da escola a intervenção aos problemas levantados cotidianamente e em conselho de classe.	Constantemente
Coordenar a escolha e aquisição de materiais e equipamentos de uso didático-pedagógicos.	Constantemente
Orientar, coordenar e incentivar a aplicação da metodologia de Sequências Didáticas.	Constantemente

Formação Continuada do Coletivo de Profissionais do CMEI

Ação	Data/Período
Elaborar o Projeto de formação continuada dos profissionais do CMEI para o	Trimestralmente

aprimoramento teórico metodológico, na forma de trocas de experiências, estudos sistemáticos e oficinas	
Desenvolver o processo contínuo pessoal e profissional de fundamentação teórica.	Constantemente
Pesquisar e fornecer subsídios teóricos metodológicos para o estudo e atender necessidades do trabalho pedagógico.	Constantemente
Organizar reuniões de estudo para a reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico do CMEI.	Bimestralmente

Relação entre o CMEI e Comunidade com ênfase na transversalidade

Ação	Data/Período
Participar do conselho escolar subsidiando teórica e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar.	Constantemente
Incentivar e propiciar a participação das crianças nos diversos momentos.	Constantemente
Elaborar estratégias para a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de compromisso ético e político com todas as categorias e classes sociais.	Constantemente
Fazer cumprir os preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor.	Constantemente
Repensar a natureza da relação dos pais com a escola.	Constantemente
Família presente no CMEI.	Constantemente

Promover reuniões de caráter formativo e informativo.	Trimestralmente
Desestimular a cultura da Não-participação dos pais.	Constantemente

2.4.4 Plano de ação da equipe de apoio administrativa

Nosso Cmei não dispõem de profissionais exclusivos para a parte administrativa. Este trabalho fica prioritariamente ao comando da diretora, sendo auxiliada pelo pedagogo.

2.4.5 Plano de ação da equipe de apoio operacional

Os funcionários que atuam no Apoio Operacional (Serv. gerais, agentes operacionais, merendeiras, estagiários) têm a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação, no âmbito escolar, são coordenados e supervisionados pela direção.

Compete aos funcionários que zelam pela segurança e atuam nos serviços de conservação, manutenção e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações: Zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente; utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos; zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção; auxiliar no acompanhamento da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos alunos, quando solicitado pela direção; auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares; cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias; participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional; coletar lixo de todos os ambientes da instituição de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias; participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral; zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias; manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função; atender adequadamente aos estudantes e professores com

necessidades especiais, que demandam apoio de locomoção, de higiene de alimentação; ajudar nos serviços correlatos a sua função, participando das diversas atividades escolares; coletar lixo de todos os ambientes da instituição de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias; garantir a preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos; auxiliar a Equipe Pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático-pedagógicos; exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo; atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores da instituição de ensino; colaborar nas ações preventivas de enfrentamento a todas as formas de violências, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar; participar de ações que propiciem a cultura de Educação em direitos Humanos.

São atribuições do funcionário que atua na alimentação escolar da instituição de ensino: Zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor; selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional; servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança; informar ao diretor da instituição de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar; conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor; receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias; participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional; auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fazer necessário; respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração; participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral; zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias; manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo; respeitar toda identidade de gênero; participar da Equipe Multidisciplinar; atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores da instituição de ensino; colaborar nas ações preventivas

de enfrentamento a todas as formas de violências, quando da ocorrência de situações que perturbem o bom andamento escolar; participar de ações que propiciem a cultura de Educação em Direitos Humanos; comparecer e participar de eventos, cursos e reuniões, quando convocados; participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED.

São atribuições do estagiário que atua na instituição de ensino: Compete ao estagiário: Os estagiários auxiliam os professores em sala de aula, dão suporte na aplicação e desenvolvimento de atividades pedagógicas, bem como auxiliam a diretora e a pedagoga em atividades correlatas definidas em comum acordo, como está descrito na cláusula do termo de compromisso de estágio. Zelar pelo fiel cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Estágio; informar imediatamente à direção ou à equipe pedagógica na ausência desta, qualquer eventualidade que implique na quebra das condições pactuadas, assumindo integral responsabilidade por sua omissão; manter atualizadas as suas informações cadastrais; realizar com zelo e dedicação as atividades descritas no Termo de Compromisso e as definidas em comum acordo com a equipe gestora.

2.4.6 Plano de ação do conselho escolar

O Conselho Escolar tem a função de contribuir para que o cmei cumpra a sua função social, que é educar, construindo cidadãos conscientes e participativos. O Conselho Escolar deve viabilizar a participação plena da comunidade bem como a da equipe escolar, visto que o Conselho Escolar deve abranger a representatividade de todos os segmentos da instituição com o intuito de deliberar soluções diante dos problemas, efetivando assim a corresponsabilidade de todos os educacionais.

Objetivos da ação

- Organizar ciclos de formação continuada aos integrantes do Conselho Escolar;
- Abordar a função social do cmei e o papel do Conselho Escolar na construção de uma relação participativa e democrática;
- Estimular toda comunidade escolar sobre a importância e execução do plano de ação, trabalhando de forma integrada, visando ao desenvolvimento integral das ações dentro do cmei;
- Criar laços de afinidades e parceria com a comunidade escolar;
- Incentivar a presença das famílias dentro da escola.

A gestão democrática da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação do cmei e da política educacional. Com a aplicação da política do ensino, deve-se estabelecer como prioridade educacional a democratização do ingresso e a permanência da criança no cmei, assim como a garantia da qualidade social da educação.

2.4.7 Plano de trabalho docente

É um documento elaborado pelo educador com a intenção de organizar o ensino e aprendizagem em sala de aula. Ainda que os conteúdos da Proposta Pedagógica Curricular sejam os mesmos para os educadores da mesma turminha, cada educador do nosso Cmei possui uma maneira de trabalhar. Dessa forma, é no PTD que o educador vai definir a abordagem que fará de determinado conteúdo, como fará, com quais recursos, quando fará e como se dará a verificação da aprendizagem por parte das crianças. É nele que se registra o que pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer e com quem fazer. Nesse sentido, pode-se dizer que o PTD é a sistematização das decisões tomadas pelo educador individualmente mediante a observação em um contexto focada em cada momento que a criança oferece, sempre deixando de destaque o seu protagonismo.

O modelo definido pelo cmei de PTD contempla elementos são eles: identificação, conteúdos (estruturantes, básicos e específicos), justificativa/objetivos do conteúdo, encaminhamento metodológico do conteúdo/recursos didáticos, avaliação (critérios e instrumentos) e referências e pós aplicação. Ainda que, didaticamente, esta divisão se faça necessária, é importante que o educador consiga perceber a relação intrínseca entre todos os elementos, dando movimento ao plano.

O PTD é elaborado por cada educador com a ajuda da coordenadora, sendo apresentado aos educadores na primeira semana de formação, antes de iniciar as aulas, não esquecendo as bases tecnológicas abordadas, estratégias utilizadas, critério de avaliação, menções, habilidades, frequência e pontualidade das crianças.

O PTD é elaborado para um período médio de 15 dias corridos, com dois dias para retomadas de atividade que necessite refazer, reforçar com outra metodologia para que todas as crianças possam ter a evolução, desenvolvimento necessário. A entrega para o pedagogo é sempre antes da aplicação.

2.4.8 Plano de atendimento educacional especializado

O Cmei não tem salas de atendimento especializada, as crianças que necessitam de um atendimento especializado, após o levantamento é encaminhada para a Secretaria Municipal de Inclusão para direcionar ao órgão competente, conforme a Instrução Normativa nº 08/2023 – Semedi: Artigo 2º, III, Parágrafo único. Caso a instituição de ensino não possua a sala de recurso multifuncional a criança/estudante deverá ser encaminhada para realizar Avaliação Multiprofissional no Centro Municipal de Avaliação Especializada – CMAR, que indicará as intervenções especializadas necessárias.

2.4.9 Plano de atendimento pedagógico escolar

O Atendimento Pedagógico Domiciliar é destinado preferencialmente, para as crianças que possuem tratamentos prolongados de saúde. Nesta modalidade de atendimento, o foco não é a doença e sim o tratamento, a recuperação e a educação que também deve ser preservada.

O atendimento pedagógico domiciliar é uma ação educacional que requer planejamento e cuidados para que seja bem sucedido. A prática educacional neste atendimento apresenta algumas características específicas, com mudanças na organização do espaço e do tempo, bem como dos recursos disponíveis. Há uma ampla legislação que garante o direito à educação para todos, incluindo o direito das pessoas com necessidades educacionais, nas quais estão inseridas as crianças que se encontram em atendimento domiciliar por motivo de doença ou impossibilitados de frequentar o cmei. Para que este atendimento se concretize de fato é necessário o conhecimento da legislação que reconhece e ampara tal programa de apoio, a fim de que essas crianças tenham seus direitos garantidos e possam exercer de forma plena sua cidadania. Considerando a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nos propicia reflexões pertinentes à atuação humanizada nesta faixa etária: - A criança gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

2.5 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.5.1 Fundamentação teórica

O currículo deve redimensionar, constantemente, os espaços e tempos escolares, revendo concepções e práticas pedagógicas. Nesse contexto, a formação permanente das educadoras é indispensável, promovendo a cooperação entre os implicados no processo educativo, possibilitando mudanças, a partir de uma práxis reflexiva, tendo em vista a qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

Todo o processo de educação no Cmei, por ser intencional e sistemático, implica a elaboração e realização de um programa de experiências pedagógicas a serem vivenciadas em sala de aula e fora dela em contato com a natureza, desemparedando. O currículo é entendido aqui como o conjunto dessas atividades, carregadas de sentido, com uma intencionalidade educativa, capaz de indicar os caminhos, admitindo mudanças, atalhos, alterações significativas em busca da aprendizagem de todas as crianças. Assim, a educação ultrapassa a reprodução de saberes e fazeres, possibilitando a troca de experiências e a construção de aprendizagens significativas.

Dessa forma, o currículo está diretamente relacionado ao contexto sócio-político-Cultural e, assim, é construído de forma dinâmica e participativa através de uma abordagem interdisciplinar, contemplando o eixo interação e brincadeira dentro dos campos de experiências, tendo em vista, prioritariamente, a formação do cidadão comprometido eticamente com a transformação da sociedade.

2.5.2 Direitos o objetivo de aprendizagem

A proposta de organização curricular do Currículo Municipal de Paranaguá tem como base o Referencial Curricular do Paraná na etapa da Educação Infantil. O documento é composto de seis partes correspondentes às idades das crianças, ampliando a divisão apresentada na BNCC que é dividida em bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

O detalhamento por idades busca contribuir com o trabalho do professor, para cada idade são apresentados os campos de experiências e os objetivos definidos pela BNCC, identificado com o código original e em negrito, em seguida aparecem as complementações com objetivos correlacionados, os quais denominados como: demais objetivos importantes a priorizar no trabalho com cada idade.

A partir dos eixos estruturantes da educação infantil, que são as interações e as brincadeiras, a Base estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil servem, justamente, para garantir as condições necessárias para que as crianças estimulem o seu intelecto e valores enquanto cidadãos, a fim de que atribuam significados sobre si e a sociedade e, assim, tenham mais facilidade para interagir e conviver.

Associados aos objetivos e aos direitos de aprendizagem, propostos para cada grupo etário de crianças, os conteúdos do Currículo Municipal para Educação Infantil de Paranaguá têm como ponto de partida a experiência da criança. A abordagem não anula os saberes e os conhecimentos da cultura acumulada, materializados nos programas, nos conteúdos previstos pelos CMEIs e escolas, pois a experiência da criança incorpora fatos e conhecimentos, além de atitudes, motivos e interesses que levam à aprendizagem.

2.5.3 Concepção de ensino e aprendizagem

É natural que a criança sinta curiosidade em explorar o espaço ao seu redor e neste momento faz-se necessária a mediação do adulto oferecendo-lhe estímulos adequados para seu estágio de aprendizagem. Neste contexto, as estratégias que colaboram no desenvolvimento podem transitar entre uma simples brincadeira, ou ainda atividades com sons, cores, formas, livros, músicas enfim atividades prazerosas e enriquecedoras que são proporcionadas às crianças, auxiliando na descoberta de novas capacidades, cabendo ao educador/professor possibilitar novas aprendizagens.

Aprendizagem é um processo contínuo de aquisições que ocorrem durante toda a vida do indivíduo, ou seja, desde a vida intrauterina até a mais avançada idade. Os desenvolvimentos cognitivo, emocional, físico e social consistem em transformações que altera uma maneira de a pessoa compreender e realizar suas interações com o mundo, com os outros e consigo mesma, bem como são o resultado contínuo dessas aprendizagens. É papel da escola ensinar, gerando situações que ajuda em as crianças e os jovens a aprender e, consequentemente, desenvolver-se. (PARANAGUÁ, p.10)

Por viver em situações afetivas, sociais e intelectuais diferentes, algumas crianças não conseguem usufruir adequadamente de um dos direitos fundamentais da infância, que é o brincar.

A BNCC indica competências e habilidades que são direitos das crianças e jovens para se desenvolverem e viverem hoje e em um futuro muito próximo de tal modo que possam apreciar e desfrutar as possibilidades oferecidas pelo mundo. Trabalhar tendo como eixo as competências demanda que os estudantes adotem uma série de posturas diante do conhecimento, diante de si e diante do outro. A escola é o espaço que nos cabe para que todas as

crianças e jovens aprendam a desenvolver essas posturas, e a primeira delas, essencial, é “aprender a aprender”, para que construam instrumentos que façam com que eles consigam queiram aprender permanentemente. (BNCC, p.15)

Dessa maneira que a base curricular deve acontecer de forma gradativa e respeitando a especificidade da infância. Conforme a:

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe-se a definir o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que crianças, jovens e adultos devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Básica. É um documento extenso, que estabelece de maneira minuciosa conhecimentos, competências e habilidades como direitos a serem aprendidos e desenvolvidos durante a escolaridade básica. A importância dessa política se dá na medida em que, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), ela deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas, como também as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio de todo o Brasil. (BNCC, p.21)

Pensando nisso, o CMEI “Profª Rosiane Pinheiro Norato”, valoriza o desenvolvimento das crianças através de diferentes brincadeiras, já que estas oportunizam a construção de conhecimentos e resgate cultural, o que auxilia no processo de reconhecimento das suas características físicas, fundamentais para a construção da sua identidade e autonomia.

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçados aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências: O eu e o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. (BNCC, p.17-20)

Conceber a criança como sujeito histórico e social que possui desejos, interesses, ideias, opiniões, capacidade de decidir, criar e se manifestar. As crianças pensam de maneira sincrética, exprimindo as cores dos afetos, da imaginação, das lembranças e de tantas relações que são capazes de fazer. Pensando que na educação infantil essa construção de conhecimento acontece de forma globalizada a criança está deve ter ambientes enriquecedores, instigantes e cheios de espaço para o aprender. As crianças não devem receberem prontas as informações que lhes são apresentadas: elas têm aliberdade de momentos para perguntar, levantar hipóteses,

buscar soluções inteligentes para atribuir significados a objetos, relações e fenômenos que as cercam. Não existem necessidades específicas para aprender. A criança parte de onde está relacionando seus conhecimentos prévios e construindo ideias que se relacionam de alguma forma com os conceitos construídos pelos homens em relação ao ambiente, no campo de linguagens, no universo das ideias. (PARANAGUA, 2010)

É indispensável entender a infância como parte de nossas vidas, não algo particular para preparar para ela. Pensar na educação como conhecimento é algo construtivo e transmitido, não apenas unilateral e instrutivo. Para conceber a infância, devemos compreender que existem diversas formas de pensá-la. O desenvolvimento infantil não ocorre de maneira idêntica, ele não depende apenas das características físicas e ambientais, nem de etnias, crenças e status social da família das crianças, depende sobretudo da aprendizagem, que por sua vez é fortemente marcado pelas experiências cultivadas pela criança desde seu nascimento. O desenvolvimento e a aprendizagem acontecem de forma mutua, o desenvolvimento indica amplificação das capacidades humanas e aprendizagem impulsiona esse processo de desenvolvimento, sendo ciclo de novos saberes. Através da interação de desenvolvimento e aprendizagem, a proposta pedagógica municipal pauta-se na aprendizagem das crianças, trazendo continuamente novas experiências de aprendizagem. (PARANAGUA, 2010).

Dessa maneira compreendemos que:

A Rede Municipal no que se refere a Educação Infantil entende a Pedagogia Progressista como referencial, condicionada pelos aspectos sociais, políticos e culturais, mas contraditoriamente existe nela um espaço que aponta a possibilidade de transformação social. A educação possibilita a compreensão da realidade histórico-social e explicita o papel do sujeito construtor/transformador dessa mesmabilidade. A tendência Histórica Crítica defende a escola como socializadora dos conhecimentos e saberes universais, a ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato pedagógico. Essa pedagogia é tributária da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico cultural desenvolvida pela “Escola de Vigotski”. A Teoria do Desenvolvimento Interacionista valoriza os dois fatores e sua interação influencia o desenvolvimento humano. Através da interação com outras pessoas mais experientes é que a criança vai construindo suas características (sua maneira de pensar, sentir e agir) e sua visão de mundo (seu conhecimento). (PARANAGUÁ, p. 10-11)

Nesse processo a interação da aprendizagem entre o individuo e o seu meio é muito importante, bem como a integração do cuidar e educar nesse processo.

No interacionismo optamos pela corrente Sociointeracionista, Sociocultural ou Sociohistórica que embasa a proposta de Educação Infantil na qual se articulam o educar e o cuidar e enfatiza a necessidade de haver um espaço que conte com todas as dimensões do humano. Reconhecendo que a

intervenção pedagógica mantém em si um movimento contraditório e dinâmico entre indivíduo e cultura. O desenvolvimento se apoia na ideia da interação entre organismos e meio e vê a aquisição de conhecimento como um processo construído pelo indivíduo durante toda sua vida. (PARANAGUÁ, p.12)

Muito importante na perspectiva de aprender é escutar e ver a criança como autor desse processo, sendo o professor mediador para que conforme escuta a criança traz novos conhecimentos e experiências de aprendizagem.

Um deles é a crença de que o aprendizado nunca será o mesmo se alguém deixar de dar a sua colaboração. Por isso, a curiosidade e os questionamentos de todos têm valor e são decisivos na escolha dos temas dos projetos de ensino. Eles surgem da fala dos pequenos, registrada atentamente pelos professores e estudadas pela equipe pedagógica. Por isso, uma mesma experiência não pode ser repetida com diferentes sujeitos com a finalidade de produzir os mesmos resultados. A teoria que sustenta todo esse sistema, a Pedagogia da Escuta, foi sistematizada pelo educador italiano Loris Malaguzzi, que buscou fundamentos nos estudos em educação e neurociências dos anos 1960 e 1970 (leia o histórico no quadro abaixo). "Além de estar atento à fala, é preciso estar disponível e tersensibilidade para ouvir as cem, as mil linguagens, símbolos e códigos que as crianças usam para se expressar", explica Carla Rinaldi, consultora científico-pedagógica de Reggio Emilia. (GENTILE, 2002)

Do mesmo modo que a brincadeira é uma importante estratégia para a aprendizagem para a percepção da necessidade de organização do ambiente, e as crianças são estimuladas a criar situações desafiadoras, nas quais precisam identificar o problema, pensar na solução e colocá-la em prática. O professor/educador tem nesse momento a oportunidade de observar e intervir quando necessário, propor novas situações, ensinar novas brincadeiras. A brincadeira faz criar e o novo e compartilhar socialmente experiências, levando de forma autônoma para uma aprendizagem eficaz. (PARANAGUA, 2010)

Importante também são as formas de inserção e acolhimento das crianças na instituição, chamado de “período de adaptação”. Pois, tanto para a criança como para a família, esse é um momento crucial, quando a criança sai do ambiente familiar para ingressar num território desconhecido. Ela precisa de tempo e de acolhimento para sentir-se segura e criar novos vínculos.

Para isso, faz-se necessário que o processo de desenvolvimento e crescimento da criança seja feito em parceria com a família, enriquecendo e complementando a educação, respeitando suas condições sociais e familiares, sendo o meio social e cultural pontos importantes na formação psicológica.

As áreas de conhecimento constituem importantes marcos estruturados de leitura e interpretação da realidade, essenciais para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de maneira autônoma. Ou seja, as diferentes áreas, os objetos de conhecimento selecionados em

cada uma delas eo tratamento transversal de questões sociais constituem uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribui para o desenvolvimento das competências gerais expressasna BNCC. Estas têm por objetivo a inserção social e supõem que estudantes, pais e profissionais da Educação componham uma verdadeira comunidade educativa. Essa perspectiva visa ao **desenvolvimento integral** e coletivo e não ao individualismo.(BNCC, p.15-16)

Neste contexto, devemos estar alinhados na perspectiva de adequação entre o cuidar e o educar – elementos indissociáveis – que necessitam estar apropriados à realidade de cada criança, pois estas diferem conforme a faixa etária e as particularidades de cada família. As crianças menores exigem uma atenção especial e individual, prescindindo de carinho e estimulação, além da rotina que exige o atendimento a cuidados com higiene e alimentação.

No que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil é garantido à criança respeito e solidariedade, o direito de manifestar seus interesses e desejos, o sentimento de valorização em suas produções tanto individuais como coletivas, porém sem promover competitividade, priorizando o respeito em relação as suas diferenças de uma forma lúdica.

Nosso CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) conta com a Filosofia de uma escola inclusiva, visto que na Educação Infantil um dos objetivos maiores para o desenvolvimento de nossos educandos é a socialização. Entendemos que a socialização e interação social independem qual indivíduo estejamos nos referindo, contamos com o apoio Técnico da Instituição de Educação Especial de Paranaguá e equipe Pedagógica da Secretaria de Educação de Paranaguá.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organizam recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve 92 RelmaUrelCarbone Carneiro estar articulado com aproposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2007, p. 16).

É a escola que integra e inclui a todos, que consegue fazer com que todos e cada um no seu nível, possibilidades e limitações, consigam aprender e se desenvolver integralmente; que respeita as diferenças; que cria um ambiente rico com diferentes estímulos para aprender o mesmo objeto, tendo em vista as diferenças.

Os grandes desafios para construir a escola inclusiva são: a formação do professor para ações educativas inclusivas; a parceria das famílias para esse trabalho; os espaços, recursos e materiais didáticos adaptados para atender às diferenças; e a construção de uma proposta pedagógica que conte com as diferenças, diversificando as experiências com estímulos diferentes.

As crianças devem estar todas juntas aprendendo. A diferença é um fator importante para os processos de aprendizagem e desenvolvimento, pois eles se tornam mais efetivos quando se tem a oportunidade de realizar trocas com pares em níveis de aprendizagens e desenvolvimento diferentes, gerando novos desafios e contribuindo para que as pessoas avancem em suas conquistas. Sendo imprescindível:

disponibilizar recursos humanos capacitados em educação especial/ educação infantil para dar suporte e apoio ao docente das creches e pré-escolas ou centros de educação infantil, assim como possibilitar sua capacitação e educação continuada por intermédio da oferta de cursos ou estágios em instituições comprometidas com o movimento da inclusão; - realizar o levantamento dos serviços e recursos comunitários e institucionais, como maternidades, postos de saúde, hospitais, escolas e unidades de atendimento às crianças com NEE, entre outras, para que possam constituir-se em recursos de apoio, cooperação e suporte; - garantir a participação da direção, dos professores, dos pais e das instituições especializadas na elaboração do projeto pedagógico que conte com a inclusão; - promover a sensibilização da comunidade escolar, no que diz respeito à inclusão de crianças com NEE; - promover encontros de professores e outros profissionais com o objetivo de refletir, analisar e solucionar possíveis dificuldades no processo de inclusão; - solicitar suporte técnico ao órgão responsável pela Educação Especial no estado, no Distrito Federal ou no município, como também ao MEC/SEESP; - adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com NEE, conforme normas de acessibilidade. (BRASIL, 2001, p. 24-26).

Tudo isso tem contribuído para a formação da independência, autonomia, linguagem e pensamento de cada criança, e de uma forma estimulante, nosso CMEI, vem proporcionando atividades para que as crianças desenvolvam suas habilidades e competências com prazer e autonomia.



2.5.4 Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula.

A organização dos tempos e dos espaços requer um pensar e um planejar constantes, pois as experiências vividas e proporcionadas diariamente exigem essa organização. Para tanto ela necessita ser elaborada de forma adequada, levando em conta a faixa etária da criança, assegurando seus direitos de aprendizagem e de desenvolvimento. O tempo se faz necessário na Educação Infantil, mas organizá-lo é de extrema importância para o desenvolvimento da criança. O educador é um organizador e mediador do trabalho, oportunizando a participação das crianças na elaboração da rotina.

Desse modo, o planejar e o pensar constante tem como objetivo proporcionar as vivências e experiências sociais e pessoais das crianças, possibilitando o seu desenvolvimento integral. Na rotina é proporcionado espaços acolhedores, desafiantes e diferenciados para que ampliem suas habilidades em conhecer e aprender o novo. Para tornar a convivência da criança na instituição mais agradável, destacamos a importância da parceria e da participação da família.

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, Apud SANTA CATARINA, 2019, p.106).

Segundo Barbosa (2006), a aceleração e as cobranças do cotidiano nos dias atuais, estão prejudicando a qualidade das vivências e experiências que são proporcionadas às crianças da Educação Infantil, resultando nas rotinas rotineiras. Desta forma, fica ausente o sentido daquilo que é cotidiano na vida do CMEI focando-se apenas em produtividade e não em qualidade.

2.6 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

2.6.1 Fundamentação teórica

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. Segundo Luckesi (1995),

O ato amoroso acolhe atos, ações, alegrias e dores como eles são. Nesse contexto, a avaliação é um ato amoroso, uma vez que se trata de um processo de acolher a realidade como ela aparece, sempre com o objetivo de possibilitar uma transformação positiva.

A avaliação precisa corresponder a um momento de reflexão sobre a prática que vem sendo realizada, e esse momento deve ser utilizado para que os educadores repensem sua forma de trabalho. Nesse sentido, mudar as práticas de avaliação pode ser uma das alternativas, para que as crianças consigam demonstrar os conhecimentos adquiridos e apreendidos, bem como analisar o real desenvolvimento da aprendizagem

Para que a avaliação configure uma prática construtiva e diagnóstica a favor do crescimento intelectual da criança e do seu desenvolvimento de habilidades e competências, o investimento em reflexões sobre a referida prática avaliativa, inserindo, no processo de ensino e aprendizagem, espaço para novas formas de avaliar se torna viável, a fim de que se possa observar o real desenvolvimento da aprendizagem.

2.6.2 O processo avaliativo coerente com as concepções de infância, educação infantil e aprendizagem/desenvolvimento.

A proposta inicial é que a avaliação do programa de educação infantil ocorra de forma contínua. Definido como instrumento para análise e avaliação do programa, o registro em portfólios com dados qualitativos do desenvolvimento da criança, tomando por referencial os objetivos estabelecidos para cada etapa do plano de trabalho a ser elaborado e implantado pelos professores, após ser discutido e aprovado em equipe.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional, estabelece à educação infantil, a organização do sistema com regras comuns dentre as quais, a avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, LDB/1996).

A avaliação funciona como um instrumento de registro para acompanhar o processo de aprendizagem e informar o educador acerca do processo e traçar estratégias de ação adequadas a cada criança e às suas potencialidades, através de procedimentos de observação: como realiza e reage às atividades propostas, suas preferências ao brincar, a vivência de cada um como indivíduo único, a interação com os colegas, educadores e profissionais da instituição.

As informações obtidas possibilitam ao educador ampliar os olhares, horizontes, refletir sobre suas ações, traçar novos objetivos, realizar o planejamento, tendo como protagonista a própria criança, pois seus interesses norteiam a prática pedagógica que aliada ao currículo, promovem aprendizagens significativas que visam sua formação global, respeitando sua infância e sua singularidade.

A avaliação será realizada de duas formas: através do relatório de desenvolvimento que será elaborado ao longo do ano e por meio do portfólio, haja vista que a documentação será arquivada digitalmente, possibilitando a cópia para o educador do ano seguinte, ou outra instituição caso ocorra transferência da criança.

No relatório de desenvolvimento, estarão contidos todos os avanços observados pelos educadores ao longo dos trimestres bem como as habilidades que necessitam de maior atenção no desenvolvimento cognitivo da criança. Este relatório é individual e uma cópia deve estar presente no portfólio para que os pais e responsáveis possam observar como a criança iniciou o ano no CMEI, quais dificuldades apresentou, como foi sua adaptação à rotina e como esse quadro evoluiu no decorrer dos meses, fechando trimestres, semestres e o ano letivo.

O portfólio é um documento onde estão registradas, por meio de fotos, as atividades realizadas pela criança ao longo do ano, dentro e fora de sala e conforme a faixa de idade da turma ao qual está inserida. Em cada registro constará o nome da prática educativa, a observação reflexiva, núcleo de aprendizagem e o campo de experiência a qual pertence. Essas informações são necessárias para que seja possível compreender qual objetivo o educador pretendeu atingir ao aplicar tal atividade naquele determinado momento, tendo em vista as habilidades a serem desenvolvidas e dificuldades superadas pelas crianças.

Para que haja efetiva participação dos pais/responsáveis na construção do portfólio, o caminho percorrido pauta-se em reuniões que relatam sobre a avaliação, os instrumentos utilizados, os objetivos e a importância desta para o progresso do desenvolvimento infantil, o envio de atividades quinzenalmente conforme a sequência didática trabalhada em sala, além dos projetos elaborados e realizados no CMEI, para que a família perceba-se como parte integrante do processo de aprendizagem e consequentemente formando um cidadão atuante no meio social e cultural em que está inserido.

2.6.3 Análise de avanços e dificuldades pedagógicas.

O maior desafio é reconhecer a criança como a protagonista na construção do seu conhecimento, e a família como responsável, junto com o cmei, pela promoção e desenvolvimento das potencialidades das crianças.

Toda criança possui sua particularidade inerente de sua faixa etária, assim ao ser introduzido em um ambiente educativo fora do contexto familiar, exige-se que se pense em estratégicas e metodologias concernente à sua faixa etária, pois é nesta fase que elas se desenvolvem fisicamente, socialmente e cognitivamente, além de suas principais habilidades, os anos iniciais são decisivos para o desenvolvimento da aprendizagem e conhecimento de cada criança. A Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que no Art. 4º definem a denominação de criança:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. DCNEI, (2009, p.133)

O Cmei pode constar que aprender e ensinar na Educação Infantil são tarefas árduas e de grande responsabilidade, pois é no início da vida escolar de uma criança que ela começa a conhecer e interagir com o mundo verdadeiramente além da sua família, onde se convive o tempo inteiro com o que ainda não é conhecido que na educação de crianças, no cmei é realizado anotações e observações precisas para que os resultados e objetivos sejam sempre alcançados e a educação de qualidade possa acontecer.

2.6.4 Instrumentos para os registros no processo avaliativo as educação infantil: parecer descriptivo, portfólios e outros.

No atendimento às crianças na Educação Infantil é de suma importância produzir atividades lúdicas para o desenvolvimento do ser humano, em uma perspectiva social, afetiva, cultural e histórica. Como também compreender e relacionar o lúdico ao desenvolvimento de crianças, estabelecendo uma articulação entre a teoria e a prática educativa, através de leituras específicas e vivências de atividades práticas, reconhecendo e inserindo a ludicidade no âmbito escolar, permitindo um melhor direcionamento no trabalho pedagógico.

Toda criança deve beneficiar-se de atividades lúdicas, tanto pelo aspecto de diversão, quanto pelo aspecto da aprendizagem, nesse contexto desenvolvemos várias habilidades, exploramos e refletimos sobre a realidade, a cultura na qual vivemos, incorporamos, ao mesmo tempo descobrimos regras e o papel dentro da sociedade.

Podemos dizer que nas atividades lúdicas ultrapassamos a realidade, transformando-a através da imaginação. A incorporação de brincadeiras, jogos e brinquedos na prática pedagógica podem desenvolver diferentes atividades que contribuem para inúmeras aprendizagens e para a ampliação da rede de significados construtivos tanto para as crianças como para os jovens (FANTACHOLI, 2011, p. 5).

É necessário que o educador conheça os marcos do desenvolvimento, para verificar o que a criança já sabe e quais são suas necessidades, a fim de sugerir atividades e elaborar perguntas pertinentes e instigantes. As crianças expressam-se de variadas maneiras e observar minuciosamente cada ação possibilita a

compreensão à respeito do seu pensamento, sua inteligência, sua capacidade, contribuindo para a realização da avaliação de cada criança.

A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino e aprendizagem, com função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento, sendo contínua e processual, devendo refletir o desenvolvimento da criança levando em consideração as características individuais de cada um.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional, estabelece à Educação Infantil, a organização do sistema com regras comuns dentre as quais, a avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, LDB/1996).

A avaliação funciona como um instrumento de registro para acompanhar o processo de aprendizagem e informar o educador acerca do processo e traçar estratégias de ação adequadas a cada criança e às suas potencialidades, através de procedimentos de observação: como realiza e reage às atividades propostas, suas preferências ao brincar, a vivência de cada um como indivíduo único, a interação com os colegas, educadores e profissionais da instituição.

“Avaliar é importante para que o educador tenha uma visão global da criança, considerando suas potencialidades e não o que a criança não sabe fazer. A avaliação deve buscar verificar se os resultados foram alcançados, se houve progressos no aprendizado, quais os pontos positivos ou negativos que o educador deve investigar, de forma que isto contribua também para a melhoria de um (re)planejamento reflexivo da ação educativa” (SILVA, 2012, p. 4-5).

A avaliação na Educação Infantil se relaciona a querer conhecer melhor cada criança, suas capacidades e sua interação em atividades lúdicas, as informações obtidas possibilitam ao educador ampliar os olhares, horizontes, refletir sobre suas ações, traçar novos objetivos, realizar o planejamento, tendo como protagonista a própria criança, pois seus interesses norteiam a prática pedagógica que aliada ao currículo, promovem aprendizagens significativas que visam sua formação global, respeitando sua infância e sua singularidade.

Utilizaremos ao longo de todo período letivo, num processo contínuo e diagnóstico, os seguintes instrumentos avaliativos: o diário de bordo, o parecer descritivo e o portfólio, ambos serão entregues trimestralmente às famílias, nesse ano inserimos o diário de bordo como norteador para construção das demais documentações, contendo os registros das práticas pedagógicas desenvolvidas, ações realizadas, interações, indagações, descobertas, dificuldades, habilidades,

apresentadas por cada criança através de suas vivências e que foram observadas minuciosamente pelo educador, para que possa analisar e refletir a partir das informações adquiridas todo o processo de aprendizagem.

No parecer descriptivo constará o perfil apresentado pela criança em suas diversas vivências, bem como o processo de desenvolvimento individual.

Cada criança terá seu próprio portfólio digital, conforme decisão tomada durante a reformulação do PPP entre os educadores, em sua estrutura estarão registradas, por meio de fotos, as atividades realizadas pela criança ao longo do ano, dentro e fora de sala e conforme a faixa de idade da turma a qual está inserida.

Essas atividades e avaliações não devem estar vinculadas a um currículo de ensino fundamental, pois pode acelerar o processo de fases da criança.

A avaliação utilizará procedimentos de observação de cada aluno, como cada criança se porta diante das atividades propostas, observar também a vivência de cada um, como indivíduo único, com suas particularidades e sem comparações com outras crianças.

2.6.5 Avaliação institucional

A Avaliação Institucional e a reelaboração coletiva da proposta pedagógica é um dos instrumentos da Gestão Democrática, uma vez que permite que os atores do processo educacional avaliem e repensem sobre as metas e objetivos pré-estabelecidos, permitindo que estes sejam redirecionados de acordo com a clientela atendida.

Apesar de não contarmos com um processo de Avaliação Institucional sistematizado, as decisões no CMEI, levam em consideração o ponto de vista de todos os que estão envolvidos no processo educacional, considerando as necessidades das famílias e principalmente a rotina das crianças no ambiente educacional.

Sabemos que, a Avaliação Institucional não é um ato estanque, pontual, mas um processo dinâmico e vivo nas decisões e nas práticas adotadas que estão a serviço da Instituição e da Comunidade Escolar. O objetivo da avaliação deve ser o de analisar o processo e identificar neste e quais são as alterações – pedagógicas e administrativas – mais convenientes, seus limites e possibilidades.

Os sujeitos participantes desse processo são todos os envolvidos com o contexto e com a realidade do CMEI que conhecem a rotina e podem pontuar as necessidades. A participação destas pessoas é, portanto, elemento indispensável para a reflexão e redirecionamento das ações.

Uma proposta construída coletivamente, parte das necessidades detectadas pelos envolvidos no processo educacional, já que são essas necessidades que orientam o processo pedagógico.

A participação dos sujeitos no processo de Avaliação Institucional se concretiza através de encontros e muito diálogo entre os interessados, por isso os acordos devem ser firmados de forma transparente, e em cada momento o processo deve ser revisto e aprimorado, de acordo com as convicções do grupo e observando aspectos legais.

O processo de Avaliação Institucional deve ser planejado e executado dentro de um comprometimento ético priorizando ações, solucionando problemas e impasses e, nessa perspectiva não pode assumir um caráter punitivo ou depreciador, mas valorizar as potencialidades de cada indivíduo.

As creches, pré-escolas e escolas que possuem turmas de Educação Infantil devem ser avaliados em todos os setores e por todos que constituem a comunidade escolar, envolvendo sujeitos internos (professores / educadores, funcionários e gestores) e externos (pais, comunidades de bairro, etc.). Neste exercício de cidadania todos são avaliadores e avaliados.

A ação política democratizante no interior do CMEI ocorre pela transformação das práticas sociais reais que se desenvolvem no seu interior, tendo em vista a necessidade de se ampliar os espaços de participação, de se ampliar os debates, respeitando-se as diferenças de interesses e ideais entre os diversos sujeitos e grupos em interações, e criando condições para uma participação autônoma.

Criamos uma caixinha de sugestões/reclamações no CMEI para que a comunidade escolar possa participar ainda mais no bom andamento do CMEI, pois pensamos que mesmo as críticas são necessárias para o desenvolvimento do espaço escolar.

Visualizando uma reformulação do PPP do CMEI, já deixamos um pré agendamento para as reuniões de reformulação, com a participação de toda a comunidade escolar.



2.6.7 Organização e efetivação dos conselhos de classe, pré e pós conselhos

O Conselho de Classe é organizado em três momentos:

- **Pré-conselho:** É realizado o levantamento de dados do processo de desenvolvimento junto os educadores para análise comparativa do desempenho das crianças, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico.
- **Conselho de Classe:** momento em que todas as educadoras se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto com a equipe pedagógica as proposições que favorecem o desenvolvimento das crianças.

- **Pós-conselho:** momento e que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões no Cmei estão respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pela criança na aprendizagem no seu desenvolvimento, o trabalho realizado pela educadora para que a criança melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pela educadora, o desempenho da criança em todo seu desenvolvimento seja físico, social, emocional e o cognitivo, o acompanhamento da criança no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos educadores e outros.

A equipe pedagógica organiza, articula e acompanha todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

2.7 CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

2.7.1 Fundamentação teórica

Educar crianças é tarefa exigente, responsável e requer uma eficiente formação continuadade seus profissionais, processo este que passa necessariamente pelo tempo de conhecera criança de 0 a 5 anos em suas peculiaridades e pela formação profissional das equipes que atuam na Educação Infantil.

O objetivo da formação continuada é desenvolver a competência profissional, sabedoria, conhecimento e um profundo desejo de ousar, de mudar a postura, levando o educador a profundas transformações pessoais, sociais e profissionais.

Um processo consistente de formação continuada nos CMEIS necessita de um olhar sobre um trabalho sistematizado de uma equipe que se dedica a pensar a educação infantil como um elo entre educar e cuidar e que é possível oferecer às crianças uma prática educativa integrada e de qualidade.

A preocupação com a qualidade de vida das crianças, reflexões sobre a qualidade dos CMEIS, o movimento para criar políticas públicas para a trajetória da Educação Infantil são discussões do foco principal da formação continuada contribuindo assim para desenvolvimento dos educadores e o fortalecimento do potencial educativo dos centros educacionais.

O nosso CMEI conta com profissionais concursados e capacitados. Mas isto não basta a um educador. É preciso ir além, buscar outros caminhos para direcionar novos rumos na educação. Tempo de alcançar voos mais altos em outros horizontes, aprimorando conhecimentos e aperfeiçoando a prática pedagógica.

A proposta de formação continuada é uma dinâmica que convida todos os profissionais do CMEI a refletirem sobre o seu trabalho e a desenvolver suas competências em torno do eixo da ação-reflexão-ação.

Nossas ações formativas propõem situações que possibilitem a troca de saberes entre os professores/educadores através de troca de experiências. O processo de formação vai promover mudanças efetiva, numa ação conjunta não imediata, mas a longo prazo onde as equipes se formarão e num clima de cooperação e confiança mútua irão trabalhar a qualificação profissional buscando soluções para os grandes desafios que precisam ser discutidos e solucionados dentro dos CMEIS.

A preocupação com a qualidade de vida das crianças, reflexões sobre a qualidade dos CMEIS, o movimento para criar políticas públicas para a trajetória da educação infantil são discussões do foco principal da formação continuada contribuindo assim para desenvolvimento dos educadores e o fortalecimento do potencial educativo dos centros educacionais.

Como afirma Nóvoa (apud MACHADO, p.195), “não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem renovação pedagógica sem uma adequada formação de professores”. A proposta para o ano de 2024 é de dar continuidade a formação permanente dos profissionais da educação.

- Formação continuada em serviço.
- Roda de conversa de Gestores. (Encontros mensais) Formação dos Pedagogos. (Encontros mensais)
- Docentes. (A formação acontecerá durante a hora atívida)

2.7.2 Formação continuada presencial ofertada pela mantenedora

O objetivo da formação continuada é refletir e repensar sobre as práticas pedagógicas utilizadas, além de melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

A formação continuada refere-se às ações de formação que acontecem durante a jornada de trabalho no Cmei. É realizada através de reuniões no início do ano para discutir

a prática e troca de experiências com o quadro de educadoras, principalmente durante a Hora Atividade com pesquisas, minicursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe. As ações de formação são fora da jornada de trabalho, cada educadora tem horário diferenciados, as 16:30 e as 17:30. Os cursos, formações pedagógicas pelo Cmei é realizado com encontros semanais com assuntos necessários para o crescimento de todos. Esse ano foi acordado que será realizado todas as quintas feiras com duração de 1:h00m, com assuntos referentes a área do campo de experiência da Educação Infantil.

Reunião Formativa Semanal: Os encontros semanais direcionados para a formação docente são momentos auspiciosos para a reflexão sobre a prática docente, aprimoramento de metodologias, bem como alinhamento das demandas institucionais. A periodicidade e a possibilidade de organização com toda a equipe docente e técnica enriquecem essa estratégia formativa. As reuniões formativas são voltadas para:

- a conhecimento de novas metodologias de ensino e de aprendizado;
- b alinhamento dos processos para a construção de conhecimentos;
- c aproximação entre os professores e incentivo do trabalho colaborativo entre pares.

O planejamento dos encontros semanais de formação continuada docente é realizado a partir das demandas do cmei e orientações institucionais, com seleção prévia de temas e levantamento do material de estudo e metodologias a serem utilizados. Anualmente, é realizado o Plano de Formação Continuada Docente, que organiza as reuniões formativas semanais prevendo:

- Encontro a ser conduzido pela direção da unidade;
- Encontro a ser conduzido pela coordenação pedagógica, dedicado aos temas do cotidiano da unidade, ofício do educador ou para as temáticas definidas no programa anual.

2.7.3 Formação continuada na instituição conforme a instrução da hora atividade nº 01/2018

A hora atividade é o período reservado para estudos, elaboração de aulas e demais atividades extraclasses, pertinentes ao trabalho docente. Segundo a LDBEN, no artigo 67, inciso V determina: período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008. Art. 1º Esta Lei regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação

básica a que se refere a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º e desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional. § 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. A hora atividade no estabelecimento de ensino acontecerá de acordo com a rotina e organização interna da instituição, sendo trinta e três por cento (33%) da carga horaria total de trinta horas (30) semanais, do período matutino e vespertino.

Art. 1º A jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte e atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora/atividade).

INSTRUÇÃO

CAPÍTULO I - DIRETRIZES GERAIS

§ 1º As atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, nos termos da Resolução CP/CNE nº 2/2015, destinam-se:

- I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;
- II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição de ensino;
- III - orientação e acompanhamento de estudantes;
- IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;
- V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;
- V - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;
- VI - atividades de desenvolvimento profissional;
- VII - participar dos cursos de Formação Continuada;
- VIII - planejar ações e intervenções com base no diagnóstico da realidade escolar, tendo como subsídios o Projeto Político - Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular/Plano de Curso, o Regimento Escolar e o Plano de Ação da instituição de ensino;

- IX - participar em atividades de estudos e reuniões técnicas pedagógicas;
 - X - participar de grupos disciplinares e interdisciplinares de professores, objetivando o planejamento e o desenvolvimento de ações necessárias, relativas ao Plano de Ação das instituições de ensino;
 - XI - planejar ações de intervenção didático-pedagógicas para os educandos com dificuldades no seu desempenho escolar;
 - XII - discutir e planejar encaminhamentos teórico-metodológicos no intuito de obter uma prática pedagógica interdisciplinar;
 - XIII- implementar ações pedagógicas, inerentes à hora-atividade, definidas pelo coletivo escolar e também solicitadas pela equipe pedagógica, direção e Secretaria Municipal de Educação;
 - XIV - analisar e planejar ações de intervenção sobre os resultados avaliativos internos e externos dos educandos, com vista ao planejamento das ações pedagógicas, a fim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem.
- XVI- outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

§ 2º O tempo destinado as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função deverá contemplar as atividades desenvolvidas no próprio local de trabalho ou espaços definidos pela Direção da Instituição de Ensino, atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação e as atividades individuais realizadas em locais previamente autorizados pela Direção da instituição.

§ 3º Por orientação e acompanhamento de estudantes descrita no item III do § 1º deste artigo, comprehende-se as atividades extraclasse que não são caracterizadas como aulas/atividades curriculares envolvendo professores e estudantes, dentro ou fora da Instituição.

§ 4º A ausência não justificada nos termos das Lei 046/2007, Lei 113/2009 e suas alterações, em cursos e eventos, reuniões, colegiado de classe e/ou no tempo destinado às atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função no próprio local de trabalho, definidos pela Direção da Instituição de Ensino e/ou Secretaria Municipal de Educação, será considerada falta não justificada.

§ 5º A organização das atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função deverá respeitar as diretrizes e o calendário de atividades da Instituição de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação.

§ 6º A organização das atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, deverá respeitar o limite mensal de até 50% (cinquenta por cento) para atividades desenvolvidas no próprio local de trabalho, espaços definidos pela Direção da Instituição de Ensino ou atividades planejadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As atividades de docência dos professores e professores auxiliares, no efetivo exercício da função, nas Instituições de Ensino da Rede Municipal, será organizada semanalmente consoante tabela abaixo:

Cargo	Jornada Semanal	Atividade Docente	Hora Atividade
Professor Regente e Corregente: Educação Infantil, Anos Iniciais e Apoio Pedagógico.	20 Horas Semanais	13h20min.	6h40min.
	40 Horas Semanais	M: 13h20min. T: 13h20min	M: 6h40min. T: 6h40min.

§ 1º Nos termos da Lei Federal nº 11.738/2008 os profissionais do magistério deverão garantir 2/3 (dois terços) da jornada de trabalho semanal para o desempenho das atividades de docência.

§ 2º Os profissionais ocupantes dos cargos de Professor de Anos Iniciais, Professor de Apoio Pedagógico, Educador Infantil, Monitor e Professor Auxiliar (de todas as áreas), com jornada semanal de 40 horas, terão as atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função de 6h40min (seis horas e quarenta minutos) por turno.

§ 3º A Hora Atividade do Profissional de Apoio poderá ser fracionada, mediante necessidade da criança ou da organização da instituição;

Art. 10º Em casos previstos de necessidade de ausentar-se, deverá haver organização por parte da equipe técnico pedagógica, no sentido de troca de hora atividade, sempre que possível.

Art. 11º Em casos de faltas, ainda que justificadas, a carga horária destinada ao cumprimento de 1/3 da hora atividade deverá ser calculada com base na carga horária efetivamente trabalhada a ser cumprida na semana seguinte às ausências.

2.7.4 Formação continuada em espaços pedagógicos externos à instituição

Formação continuada é um engajamento dos profissionais da educação em um processo de aprimoramento que lhes permitem estar continuamente bem informados e atualizados sobre as novas tendências educacionais, agregando conhecimentos que sejam capazes de gerar transformação e impacto no contexto escolar, permitindo que se engajem pesquisas, estudos, reflexões e se aprimorem de novas concepções, linguagens e tecnologias, para que se torne um facilitador do conhecimento e não um mero transmissor deste. As formações externas ao Cmei são promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá - Semedi. A formação continuada é a garantia do desenvolvimento pessoal e profissional permanente. Ela acontece por meio do estudo, reflexão, discussão e da confrontação das próprias experiências. A equipe gestora e educadoras também são responsáveis para com a própria formação, no sentido de buscar informação, fundamentação para que sua ação seja cada vez mais eficaz, reconstruindo suas práticas e teorias, resultando em mudanças pessoais e profissionais. No Cmei todos são incentivados a não pararem de estudar, pois a educação sempre está em constante evolução com descobertas surpreendentes para ser desenvolvido com as crianças, que também estão vindo cada vez mais preparadas para serem protagonista de suas próprias histórias.

2.7.5 Formação continuada em plataformas virtuais, institucionais e externas.

As formações virtuais, institucionais e externas são oferecidas pela Semedi através do Sefe/Opet, de forma presencial, com portal virtual com acesso a todos os educadores, onde cada um tem acesso com um endereço eletrônico próprio.

As plataformas virtuais durante o período de isolamento se tornaram uma das ferramentas mais importantes para se continuar aprendendo em todo o mundo. Ela se tornou uma realidade diária para os educadores e instituições de ensino. Como uma sala de aula virtual, uma biblioteca digital, vários recursos multimídia, trilhas de aprendizagem específicas para diferentes disciplinas, ferramentas automatizadas de avaliação. Permite aproveitar ao máximo a aprendizagem adaptativa, sendo que os ritmos e os interesses de cada educador são diferentes. As ferramentas digitais ajudam aos educadores a desenvolverem habilidades digitais práticas que podem ser aplicadas nas tarefas do cotidiano, dentro e fora da sala de aula, e permitem explorar o mundo através da comunicação e informação.

3 MATRIZ CURRICULAR

4 PROPOSTA CURRICULAR

CURRÍCULO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARANAGUÁ.

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. F. **O significado da infância. Criança**, Brasília, n. 28, p.17-21, 1995.

BARBOSA, M. C.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018.

_____. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília : MEC, SEB, 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2005.

_____. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. **Instrução N° 01/2019 - SEMEDI**

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial de 23 de dezembro de 1996.

_____. **Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2008.

_____. **Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2008.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI. 1993.

. Por uma política de formação do profissional de educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI. 1994.

. Programa de Formação Inicial de Professores/Educadores em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL. MEC/SEB/SEED. – (Org.) Karina Rizek Lopes, Roseane Pereira Mendes, Vitória Libia Barreto de Faria. Brasília, 2005. Livro de Estudo: Módulo II. 70 p. – (Unidade 2) Vol. 2.

. Programa de Formação Inicial de Professores/Educadores em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL. MEC/SEB/SEED. – (Org.) Karina Rizek Lopes, Roseane Pereira Mendes, Vitória Libia Barreto de Faria. Brasília, 2006. Livro de Estudo: Módulo III. 94 p. – (Unidade 1) Vol. 2.

. Programa de Formação Inicial de Professores/Educadores em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL. MEC/SEB/SEED. – (Org.) Karina Rizek Lopes, Roseane Pereira Mendes, Vitória Libia Barreto de Faria. Brasília, 2006. Livro de Estudo: Módulo III. 62 p. – (Unidade 7) Vol. 2.

. Programa de Formação Inicial de Professores/Educadores em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL. MEC/SEB/SEED. – (Org.) Karina Rizek Lopes, Roseane Pereira Mendes, Vitória Libia Barreto de Faria. Brasília, 2006. Livro de Estudo: Módulo III. 68 p. – (Unidade 6) Vol. 2.

. Programa de Formação Inicial de Professores/Educadores em exercício na Educação Infantil – PROINFANTIL. MEC/SEB/SEED. – (Org.) Karina Rizek Lopes, Roseane Pereira Mendes, Vitória Libia Barreto de Faria. Brasília, 2006. Livro de Estudo: Módulo III. 74 p. – (Unidade 8) Vol. 2.

. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Brasília. 1998.

BRASIL, MEC, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017.

Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>.

Acesso em: 01 mar. 2020.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura.** 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LBD Fácil: leitura crítico-compreensiva.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles. FARIA, Vitória Líbia Barreto de. **Curriculo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica.** São Paulo: Scipione, 2012.

FERREIRA, NauraSyriaCarapeto. **Gestão educacional e organização do trabalho pedagógico.** Curitiba: IESDE, 2007.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão.** São Paulo: Moderna, 2012.

GENTILI Paola. **Pedagogia dos sentidos.** São Paulo Revista Nova Escola, 2002. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1274/pedagogia-dos-sentidos> . Acesso em: 26 março. 2020.

GOLDSCHMIED, E; JACKSON, S. **Educação de 0 a 3 anos – O atendimento em creche.** 2a ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

MAIA, Christiane Martinatti; Scheibel, Maria Fani. **Didática: organização do trabalho pedagógico.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2006.

NUNES, Maria Fernanda Rezende. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.** / Maria Fernanda Rezende Nunes, Patrícia Corsino e Vital Didonet. – Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, FundaçãoOrsa, 2011.

OLIVEIRA, M. M. B. L. **A percepção de pais e/ou responsáveis sobre as contribuições dos jogos e das brincadeiras na educação infantil em uma instituição de ensino no município de Paranaguá/PR.** Curitiba: UFPR, 2013.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **O trabalho do professor na educação infantil.** 420 p. 1. ed. São Paulo: Biruta, 2012.

ORTIZ, Cisele; BAROUKH, JoscaAiline; ALVES, Maria Cristina Carapeto Lavrador; CARVALHO, Maria Teresa Venceslau. **Interações: ser professor de bebês : cuidar, educar e brincar : uma única ação.** 221 p. (InterAções). São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2012.

PARANAGUÁ. **CURRICULO Municipal da Educação Infantil.** PARANAGUA, PR:SEMEDI, 2010.

SÁTIRO, Angélica. **Brincar de pensar: com crianças de 3 a 4 anos.** 159 p. São Paulo, SP: Scipione, 2012.

SEED, Secretaria de Estado da Educação. **Orientações para (Re) Elaboração, Implementação e Avaliação da Proposta Pedagógica na Educação Infantil.** Curitiba, Departamento de Ensino Fundamental – Coordenação Pedagógica de Educação Infantil, 2006.

SOMMERHALDER, A.; ALVES, F. D. **Jogo e a educação da infância: muito prazer em aprender.** Curitiba: CRV, 2011.

TIBA, Içami. **Quem ama educa.** 6. ed. São Paulo: Gente, 2002.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a Inclusão. Revista da Educação, Rio Grande do Sul, v. , n. 1, p. 5-20, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.

SOUSA, Maria Martins de. ESCOLA - FAMÍLIA- COMUNIDADE: uma relação para o sucesso educativo. Gestão e Desenvolvimento, Lisboa, p. 141-156, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9117>. Acesso em: 01 abr. 2020.

6 ANEXO I – Modelo de Parecer Descritivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PARECER DESCRIPTIVO TRIMESTRAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Instituição: CMEI “Profª Rosiane Pinheiro Norato”	
Criança:	
Docentes:	
Turma:	Data:

Assinatura das docentes: _____

Assinatura do pedagogo: _____

Assinatura da diretora: _____

Assinatura dos pais ou responsáveis: _____